



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 29/03/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Ministro de Estado da Justiça
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário Nacional de Justiça
Romeu Tuma Júnior

MISSÃO

“Desenvolver com efetividade, políticas e serviços de justiça e cidadania, mudando paradigmas para viabilizar o exercício de direitos e impedir suas violações.”

VISÃO

“Ser o órgão estratégico para criar e implementar políticas públicas de justiça e cidadania, a partir de novos paradigmas, prestando serviços com eficiência, eficácia e efetividade;”

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

MJ – Ministério da Justiça

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça

ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

GAFI – Grupo de Ação Financeira

FATF – Financial Action Task Force

DEJUS - Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

COCIND – Coordenação de Classificação Indicativa

COESO – Coordenação de Entidades Sociais

MPF – Ministério Público Federal

DEEST- Departamento de Estrangeiros

ETP – Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

PNETP – Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
A- CONTEÚDO GERAL	9
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	9
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
a) <i>Responsabilidades institucionais</i>	10
I. Competência	10
II. Objetivos estratégicos.....	11
b) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	11
I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	11
II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	11
c) <i>Programas sob a responsabilidade da unidade</i>	28
I. Relação dos programas e suas principais ações	28
1. Dados Gerais do Programa.....	28
2. Dados Gerais da Ação	29
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício.....	54
a) Principais Resultados	29
b) Principais Problemas.....	55
c) Contratações e Parcerias	55
d) Transferências	55
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações.....	
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras	55
d) <i>Desempenho Operacional</i>	56
I. Evolução das receitas e despesas	
II. Indicadores de desempenho.....	
III. Análise do desempenho.....	
e) <i>Programação Orçamentária</i>	64
I. Programação de Despesas Correntes	64
II. Programação de Despesas de Capital	65
III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	66
IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional	66
V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	67
1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.....	67
f) <i>Execução Orçamentária</i>	67
I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	67
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	67
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	68
3. Evolução de Gastos Gerais.....	69
4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	69
5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	70
II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	71
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	71
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	71
3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	73
4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação ..	74
III. Execução Orçamentária por Programa de Governo	74
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	74
2. Análise Crítica da Execução Orçamentárias por Programa de Governo.....	75
IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	Erro! Indicador não definido.

1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ	77
g) <i>Indicadores Institucionais</i>	78
3. RECURSOS HUMANOS	78
a) <i>Composição do Quadro de Recursos Humanos</i>	78
I. <i>Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009</i>	79
b) <i>Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009</i>	79
c) <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	80
d) <i>Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos</i>	83
5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009	84
I. <i>Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios</i>	85
6. TRANSFERÊNCIAS	85
I. <i>Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo</i>	85
11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
a) <i>Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno</i>	85
b) <i>Relatório de cumprimento das deliberações do TCU</i>	86
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
a) <i>Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício</i> Erro! Indicador não definido.	
13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.....	87
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.....	87
B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	88
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	88
5. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	88

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade compor o processo de Tomada de Contas do exercício de 2009, o qual está estruturado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009, as quais contribuíram significativamente para composição deste Relatório.

Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, formula, implementa e monitora importantes políticas públicas, presta serviços públicos relevantes, bem como articula parcerias com órgãos públicos e privados, sempre com enfoque na promoção de justiça e cidadania para aprofundar e consolidar a democracia, com mudanças sociais. Tais temas, compreendidos em seu sentido amplo, representam os conceitos base de mobilização e luta pela consolidação de direitos e reafirmação da democracia.

As principais realizações da gestão no exercício em análise foram:

- Institucionalização das atividades da SNJ;
- Reestruturação organizacional da SNJ;
- Transversalidade da atuação das unidades – DEJUS – DEEST – DRCI – ETP – LAB-LD;
- Transversalidade na atuação interna (MJ);
- PRONASCI - SDE - COMISSÃO DE ANISTIA – SENASP – DEPEN – FUNAI – DPF – DPRF – SAL – SRJ – CONJUR;
- Protagonismo e afirmação do Brasil no âmbito internacional;
- Disseminação da cooperação jurídica internacional _ estados e instituições;
- Combate à impunidade transnacional;
- Bloqueio e recuperação de ativos – extradições ativa e passiva;
- Humanização da imigração;
- Anistia – nova lei de estrangeiros – acordos livre trânsito e desburocratização (certidão negativa de naturalização);
- Política pública de classificação indicativa;
- Negociação, assinatura e entrada em vigor mais de 35 acordos de cooperação jurídica internacional (penal, civil, extradição e transferência de codenados);
- Consolidação da política de intergração federativa no âmbito jurídico – manual, capacitação, cooperação;
- Política pública de combate às fontes financiadoras da criminalidade nacional e transnacional;
- Consolidação do plano e política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas com protagonismo internacional;
- Exercício da competência de Secretaria Executiva da ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;
- Coordenação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD);
- Exercício da competência de Autoridade Central na Prestação Internacional de Alimentos;
- Análise e tramitação de pedidos de cooperação jurídica em matéria penal, inclusive os que visam à recuperação de ativos; e
- Negociação de Acordos de Cooperação Jurídica Internacional bilaterais;
- Os planos e projetos para o exercício seguinte são;

Criar o Fundo de Ativos Ilícitos Recuperados;
Atribuir maior efetividade à cooperação jurídica internacional brasileira;
Consolidar o serviço de Autoridade Central para Prestação Internacional de Alimentos; e
Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro.

A- Conteúdo Geral**Identificação de Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Justiça			
Denominação abreviada: SNJ			
Código SIORG:	Código LOA:	Código SIAFI: 20101	
Situação:			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Pública Direta			
Principal Atividade: Administração, essencial à justiça e direitos da Cidadania.			Código CNAE: Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ
Telefones/Fax de contato:	(61)2025-3145	Fax (61)2025-9954	
Endereço eletrônico: snj@mj.gov.br			
Página da Internet: www.mj.gov.br/snj			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Bloco T, 4º andar, sala 430			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, Órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, teve sua atual estrutura organizacional definida pelo Decreto nº 6.601, de 15 de março de 2007, seção II, art. 8.			
Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Jurisdicionada de que trata as contas. Portaria nº 1.443, de 12 de setembro de 2006, publicada no DOU em 13 de setembro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos (2008) Perguntas Frequentes Sobre Cooperação Jurídica Internacional Perguntas Frequentes Sobre Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos Manual da Nova Classificação Indicativa Guia Prático para Entidades Sociais Manual de Entidades Sociais do Ministério da Justiça As publicações podem ser acessadas em: http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B67064208%2DD044%2D437B%2D9F24%2D96E0B26CB372%7D Editado e distribuído 100.000 folders sobre a Lei da Anistia – Lei nº 11.960/2009 Editado 100.000 folders acerca dos acordos sobre residência			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
SIAFI	Código	Nome	
		Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
SIAFI	Código	Nome	
		Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ	

<i>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</i>	
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ	Não se Aplica a Natureza Jurídica da UJ

2. Gestão Orçamentária

a) Responsabilidades institucionais:

I. Competência

A Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, teve sua atual estrutura organizacional definida pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, seção II, art. 8º, conforme segue:

- a) coordenar a política de justiça, por intermédio da articulação com os demais órgãos federais, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Governos Estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil;*
- b) tratar dos assuntos relacionados à escala de classificação indicativa de jogos eletrônicos, das diversões públicas e dos programas de rádio e televisão e recomendar a correspondência com as faixas etárias e os horários de funcionamento e veiculação permitidos;*
- c) tratar dos assuntos relacionados à nacionalidade e naturalização e ao regime jurídico dos estrangeiros;*
- d) instruir cartas rogatórias;*
- e) opinar sobre a solicitação, cassação e concessão de títulos de utilidade pública, medalhas e sobre a instalação de associações, sociedades e fundações no território nacional, na área de sua competência;*
- f) registrar e fiscalizar as entidades que executam serviços de microfilmagem;*
- g) qualificar as pessoas de Direito Privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;*
- h) dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos ao direito da integração e as atividades de cooperação jurisdicional, nos acordos internacionais em que o Brasil seja parte;*
- i) coordenar a política nacional sobre refugiados;*
- j) representar o Ministério no Conselho Nacional de Imigração; e*
- l) orientar e coordenar as ações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos*

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Objetivos estratégicos da SNJ:

**ANEXO IV – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
PARA VINCULAÇÃO DA META DO PMA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Nº	Objetivo Estratégico para vinculação de meta do PMA:
	PERSPECTIVA: Resultados
1	<i>Combater organizações criminosas e a violência, utilizando-se soluções inovadoras;</i>
2	<i>Viabilizar a garantia dos direitos dos estrangeiros e seus descendentes no Brasil e preservar a cultura e a memória de suas raízes históricas.</i>
	PERSPECTIVA: Processos Internos - Justiça e Cidadania
3	<i>Integrar atribuições estratégicas às prioridades da Secretaria Nacional de Justiça</i>
4	<i>Aumentar a efetividade da Cooperação Internacional</i>
	PERSPECTIVA: Processos Internos - Justiça e Cidadania e Prevenção e Combate ao Crime e à Violência
5	<i>Fortalecer as ações do PRONASCI</i>
	PERSPECTIVA: Processos Internos - Prevenção e Combate ao Crime e à Violência
6	<i>Efetivar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas</i>
7	<i>Aumentar a efetividade da Política Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro</i>
	PERSPECTIVA: Processos Internos - Excelência em Gestão
8	<i>Alcançar padrões de excelência na Administração Pública</i>
9	<i>Melhorar os padrões de celeridade e qualidade no atendimento aos Cidadãos</i>
10	<i>Articular parcerias com órgãos públicos e entidades sociais para constituição de redes sistêmicas</i>
11	<i>Aumentar a visibilidade institucional da Secretaria</i>
	PERSPECTIVA: Aprendizado e Desenvolvimento
12	<i>Desenvolver mecanismos para a gestão do conhecimento</i>
13	<i>Desenvolver cultura interna voltada para cooperação e resultados</i>

II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Plano de Metas Anual da Secretaria Nacional de Justiça (PMA) com a finalidade de identificar:

I – as metas quali-quantitativas dos projetos e atividades a serem alcançadas no exercício;

II - as demandas setoriais e a hierarquia de prioridades de cada unidade;

III - a coerência e vinculação das ações planejadas para o exercício aos objetivos estratégicos de médio e longo prazos;

IV – o detalhamento das metas a serem realizadas e os responsáveis por sua execução; e

V - a quantificação dos custos e prazos de execução das metas e o controle e avaliação dos resultados atingidos.

ATIVIDADES DA SNJ - 2009

I - Programas e Projetos das Unidades:

DEJUS

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Publicar cartilha sobre classificação indicativa para cinemas e videolocadoras (420 mil cartilhas distribuídas)	164.000,00	CONCLUÍDO
02	Realizar acordo de cooperação técnica internacional para a classificação indicativa	4.915.650,00 (parceria com PRONASCI)	EM ANDAMENTO
03	Elaborar nova edição do Manual de Classificação Indicativa	100.000,00	EM ANDAMENTO
04	Implementar a sala de tecnologia da informação e comunicação	200.000,00	CONCLUÍDO
05	Acompanhar atividades legislativas	ZERO	PERMANENTE
06	Recadastrar organizações estrangeiras	ZERO	CONCLUÍDO
07	Reformular a Central de Atendimento	20.960,81	PERMANENTE
08	Consolidar entendimentos e práticas	ZERO	CONCLUÍDO
09	Definir novo quadro de cargos e equipes para o DEJUS	A ser estimado	EM ANDAMENTO
10	Elaborar cartilha sobre a classificação indicativa na língua brasileira de sinais	57.627,57	CONCLUÍDO
11	Pesquisar o merchandising na programação televisiva	Realização por parcerias	PERMANENTE
12	Realizar ciclo de palestras sobre classificação indicativa para capacitar equipe de analistas da classificação indicativa	ZERO	CONCLUÍDO
13	Realizar oficina para emissoras de televisão de canal aberto	35.367,37	CONCLUÍDO
14	Publicar livro da pesquisa Radiodifusão de Conteúdo Inadequado e Direitos Humanos	30.030,41	CONCLUÍDO
15	Realizar o I Seminário Nacional de Entidades Sociais Novos cenários para o terceiro setor	119.000,00	CONCLUÍDO
16	Desenvolver cartaz com informações sobre classificação indicativa para distribuição aos cinemas e videolocadoras	18.093,00	CONCLUÍDO

DEEST

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Informatizar a Divisão de Medidas Compulsórias – DIMEC	18.000,00	EM ANDAMENTO
02	Informatizar o Setor de Nacionalidade da Divisão de Nacionalidade e Naturalização – DINAT	62.000,00	CONCLUÍDO

DRCI

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Divulgar o Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos	50.000,00	CONCLUÍDO
02	Aumentar a efetividade da Política Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro	40.000,00	PERMANENTE
03	Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD)	49.000,00	PERMANENTE
04	Reformular o sistema de gestão do DRCI/SNJ	ZERO	EM ANDAMENTO

ETP

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Elaborar um levantamento de pesquisas realizadas sobre o tema de tráfico de pessoas	250.000,00	EM ANDAMENTO
02	Divulgar e desenvolver mecanismos de premiação relacionados à pesquisa e/ou boas práticas relacionadas ao tema	500.000,00	PERMANENTE
03	Elaborar um levantamento das políticas sociais básicas mais afetadas aos grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas	29.000,00	PERMANENTE
04	Realizar e apoiar estudos e pesquisas sobre o tráfico de pessoas no Brasil ou a partir do Brasil	50.000,00	PERMANENTE

05	Produzir material informativo em português, com ocasional tradução para outros idiomas, com vistas a elevar o nível de conhecimento da população em geral sobre tráfico de pessoas	200.000,00	PERMANENTE
06	Definir estratégias de distribuição e disseminação dos materiais produzidos e implementá-las com a participação dos parceiros locais	40.000,00	PERMANENTE
07	Criar material informativo com recorte em temas transversais associados aos contextos de tráfico de pessoas, direcionado às populações fronteiriças	40.000,00	PERMANENTE
08	Produzir e reproduzir materiais de esclarecimento sobre o tráfico de pessoas, criados pelo governo e por parceiros locais, mediante demanda	200.000,00	PERMANENTE
09	Definir estratégia para a disseminação de peças produzidas pelo enfrentamento ao tráfico de pessoas com o número do disque-denúncia nacional 180, para queixas e informações sobre assistência e encaminhamento de vítimas	300.000,00	EM ANDAMENTO
10	Realizar encontros técnicos com o grupo assessor para a priorização dos grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas nas políticas sociais básicas	300.000,00	PERMANENTE
11	Levantar os programas de capacitação e conteúdo existentes sobre tráfico de pessoas e definir uma estratégia de incorporação de conteúdos básicos sobre o tema e implementá-la	220.000,00	EM ANDAMENTO
10	Realizar encontros técnicos com o grupo assessor para a priorização dos grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas nas políticas sociais básicas	300.000,00	PERMANENTE
11	Levantar os programas de capacitação e conteúdo existentes sobre tráfico de pessoas e definir uma estratégia de incorporação de conteúdos básicos sobre o tema e implementá-la	220.000,00	EM ANDAMENTO
14	Estabelecer/ampliar serviços de recepção nos principais pontos de entrada e saída para atendimento às supostas vítimas do tráfico de pessoas	150.000,00	CONCLUÍDO
15	Fortalecer e capacitar os núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas	15.000,00 + passagens/ diárias	CONCLUÍDO

16	Avaliar as atuações dos 5 (cinco) primeiros núcleos estaduais como subsídio para apoiar a criação de novos núcleos	15.000,00	EM ANDAMENTO
17	Realizar diagnósticos e propor soluções de fluxos de atendimento, procedimento e responsabilidade entre os órgãos de defesa e responsabilização e os serviços de atendimento de saúde, assistência social, justiça e direitos humanos, atuantes nas áreas de fronteira internacional, bem como nos casos de tráfico interestadual e intermunicipal	50.000,00	PERMANENTE
20	Desenhar capacitações baseadas em estudos de casos	40.000,00	EM ANDAMENTO
21	Realizar reuniões e eventos sobre o tema do tráfico	100.000,00	PERMANENTE
22	Promover a capacitação e participação de atores envolvidos na temática em eventos estratégicos	50.000,00	PERMANENTE
23	Definir estratégias de disseminação e aproveitamento dos resultados das pesquisas realizadas no aprimoramento das políticas públicas e implementá-las	50.000,00	CONCLUÍDO
24	Produzir material de formação com conteúdos básicos para capacitação dos diversos atores envolvidos na repressão ao tráfico de pessoas	50.000,00	EM ANDAMENTO
25	Realizar cursos sobre tráfico de pessoas para membros e servidores dos órgãos de justiça e segurança pública, preferencialmente por meio de suas instituições de formação, em parceria com entidades de direitos humanos	60.000,00	PERMANENTE
26	Realizar seminário de âmbito nacional para aproximação e troca de experiência de repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores pelas várias modalidades do tráfico de pessoas	50.000,00	PERMANENTE
27	Elaborar guia de referência para facilitar a identificação de vítimas de tráfico pelos profissionais envolvidos no enfrentamento, observados os princípios da não-discriminação e o respeito aos direitos humanos	50.000,00	EM ANDAMENTO
28	Desenvolver e codificar módulos em um banco de dados	150.000,00	EM ANDAMENTO

29	Treinar os usuários de banco de dados, responsáveis pela manutenção do sistema em funcionamento	20.000,00	PERMANENTE
30	Disponibilizar o serviço de dados aos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e aos postos de atendimento à vítima e também através de sistema que esteja interligado em rede	30.000,00	EM ANDAMENTO

II - Programas e Projetos do Planejamento Estratégico:

GABINETE

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Implantar o Planejamento Estratégico da SNJ para os anos de 2008 a 2011	ZERO	EM ANDAMENTO
02	Uniformizar a apresentação de documentos (formato-padrão)	ZERO	EM ANDAMENTO
03	Padronizar o plano de fundo e proteção de tela dos computadores da SNJ	ZERO	CONCLUÍDO
04	Implantar Relatório Setorial de Atividades da SNJ – RSA	ZERO	EM ANDAMENTO
05	Regulamentar a confecção, disponibilização e uso da Missão e da Visão da SNJ	6.000,00	EM ANDAMENTO
06	Executar a Reestruturação Organizacional da SNJ	ZERO	EM ANDAMENTO
07	Implantar o Plano de Metas Anual – PMA	ZERO	CONCLUÍDO
08	Implantar o Programa de Mensagem Semanal de Motivação – PROMENS	61.000,00	CONCLUÍDO

DEJUS

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Realizar o I Seminário Internacional da Classificação Indicativa	71.619,42	CONCLUÍDO

02	Realizar intercâmbio de experiências internacionais de classificação indicativa	Passagens/diárias	CONCLUÍDO
03	Divulgar nacionalmente o Cadastro nacional de entidades sociais do Ministério da Justiça (CNE's/MJ)	A ser estimado	CONCLUÍDO (meta contínua)
04	Implementar a interoperabilidade do CNE's/MJ com os sistemas gerenciais de dados dos demais órgãos da Administração Pública Federal	ZERO (responsabilidade da CGTI)	EM ANDAMENTO
05	Implementar Sistema Gerencial do CNE's/MJ	ZERO	EM ANDAMENTO
06	Elaborar e publicar novos informativos	653.596,38	CONCLUÍDO
07	Implementar Oficinas de Mídia e Cidadania – a classificação indicativa em discussão nas escolas do DF	22.500,00	CONCLUÍDO
08	Modernizar o Sistema CLASSIND	ZERO	EM ANDAMENTO

DEEST

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Instalar o Centro de Memória da Imigração no Brasil – CMIB	610.000,00	EM ANDAMENTO
02	Fortalecer o vínculo da imigração com os direitos humanos	ZERO	PERMANENTE
03	Aumentar a efetividade da extradição	140.000,00	PERMANENTE
04	Difundir o instituto da transferência de pessoas condenadas	70.000,00	PERMANENTE

DRCI

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
------	-------	----------------	--------

01	Elaborar versão oficial em português do Protocolo de lei aplicável às obrigações de prestar alimentos	ZERO	EM ANDAMENTO
02	Implementar a cooperação nas fronteiras	100.000,00	PERMANENTE
03	Divulgar o Manual de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal	337.500,00	PERMANENTE
04	Elaborar o formulário virtual para pedido de cooperação jurídica internacional em matéria penal	ZERO	EM ANDAMENTO
05	Sanear e mapear grandes casos	ZERO	EM ANDAMENTO
06	Realizar oficina teste com caso fictício	200.000,00	EM ANDAMENTO
07	Realizar parceria com IPEA para avaliação do impacto do PNLD e da ENCCLA	ZERO	EM ANDAMENTO
08	Realizar pesquisa de bens apreendidos (CNJ/BB)	ZERO	EM ANDAMENTO
09	Realizar pesquisa na área de cooperação jurídica internacional e na prevenção e combate à lavagem de dinheiro	ZERO	EM ANDAMENTO
10	Publicar a versão em português do relatório explicativo da Convenção sobre cobrança internacional de alimentos para crianças e outros membros da família – Conferência de Haia de direito internacional privado	60.000,00	EM ANDAMENTO
11	Elaborar relatório qualidade / cooperação	ZERO	EM ANDAMENTO
12	Elaborar relatório de diagnóstico da cooperação jurídica internacional em matéria fiscal no Brasil	15.000,00	EM ANDAMENTO
13	Realizar Seminário de extinção de domínio e publicação de palestras – cumprimento da Meta 14 do ENCCLA 2005	100.000,00	CONCLUÍDO
14	Implantar o serviço de prestação internacional de pensão alimentícia	170.000,00	EM ANDAMENTO
15	Elaborar a versão oficial em português da Convenção sobre cobrança internacional de alimentos para crianças e outros membros da família	ZERO	CONCLUÍDO

ETP

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Implementar a II Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – II PNETP	250.000,00	EM ANDAMENTO
02	Implantar metodologia de monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP	250.000,00	EM ANDAMENTO

LAB-LD

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Estudos sobre métodos inovadores de análise de informações	30.000,00	EM ANDAMENTO

III - Ações PRONASCI:**DEEST**

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Nº 100 – Emissão da certidão negativa de naturalização pela Internet	458.000,00	CONCLUÍDO

DRCI

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Nº 44 – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD)	710.000,00	PERMANENTE
02	Nº 45 – Criação de Fundo de ativos ilícitos recuperados	Ação não orçamentária	EM ANDAMENTO

03	Nº 46 – Corte do fluxo financeiro do crime organizado	337.500	PERMANENTE
----	---	---------	------------

ETP

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Nº 40 – Desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	40.000,00	PERMANENTE
02	Nº 41 – Apoio ao desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas	1.305.825,52	CONCLUÍDO

LAB-LD

Item	Metas	Custo (em R\$)	Status
01	Nº 37 – Instalação de 10 (dez) Laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro	19.812.952,11	EM ANDAMENTO
02	Nº 42 – Ampliação da capacidade instalada de análise de informações no combate à lavagem de dinheiro para temas afetos à corrupção e recuperação de ativos	ZERO	PERMANENTE

IV – PROJETOS (SÍNTESE)

UNIDADE	AÇÃO PRONASCI	DA UNIDADE	DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	TOTAL
GAB	00	00	08	08
DEJUS	00	16	08	24
DEEST	01	02	04	07
DRCI	03	04	15	22
ETP	02	30	02	34
LAB-LD	02	00	01	03
TOTAL	08	52	38	98

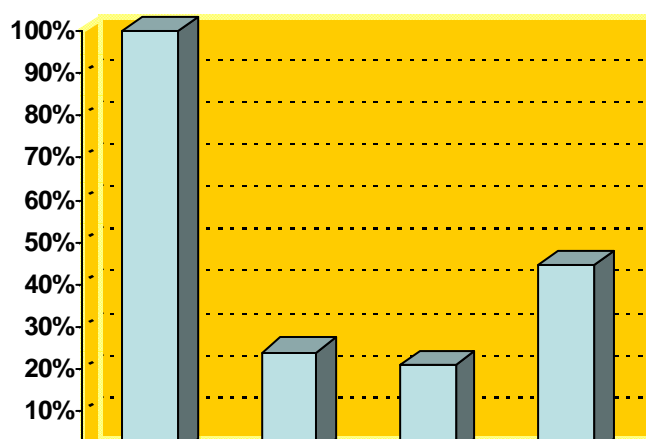
V - Quadro resumo das Ações PRONASCI:

Nº da Ação PRONASCI	Unidade	Descrição	Status
37	LAB-LD	Criação de 10 (dez) LAB-LD	EM ANDAMENTO
40	ETP	Desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	EM ANDAMENTO
41	ETP	Apoio ao desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas	CONCLUÍDO
42	LAB-LD	Ampliação da capacidade dos LAB's-LD	PERMANENTE
44	DRCI	Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (PNLD)	PERMANENTE
45	DRCI	Criação de fundo de ativos ilícitos recuperados	EM ANDAMENTO
46	DRCI	Corte do fluxo financeiro do crime organizado	PERMANENTE
100	DEEST	Certidão negativa de naturalização pela internet	CONCLUÍDO

VI – PRONASCI - EXECUÇÃO FINANCEIRA 2008-2009

AÇÕES PRONACI	PPA 2008-2011	EXECUÇÃO 2008	%	EXECUÇÃO 2009	%	% TOTAL
37	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.716.335,00	27,61%	R\$ 6.337.783,00	30,61%	58,22%
40	R\$ 1.400.000,00	R\$ 251.900,00	17,99%	-	-	17,99%
41	R\$ 1.400.000,00	R\$ 548.100,00	39,15%	-	-	39,15%
42	R\$ 4.900.000,00	-	-	-	-	-
44	R\$ 1.580.000,00	R\$ 282.833,00	17,90%	R\$ 16.000,00	1,01%	18,91%
46	R\$ 1.350.000,00	R\$ 234.283,00	17,35%	120.838,29	8,95%	26,30%
100	-	R\$ 458.000,00	100%	-	-	100%
TOTAL	R\$ 31.330.000,00	R\$ 7.491.451,00	23,91%	R\$ 6.474.621,29	20,66%	44,57%

VI – PRONASCI - EXECUÇÃO FINANCEIRA 2008-2009



VII – EVENTOS REALIZADOS

Nº	NOME	DATA	LOCAL	UNIDADE
1	12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal *	12 a 19 de abril de 2010	Salvador - BA	GAB
2	Lançamento do Relatório Global do UNODC sobre Tráfico de Pessoas	12 de fevereiro de 2009	Brasília - DF	GAB
3	Cerimônia de Encerramento do Curso “Mídia e Cidadania”	11 de março de 2009	Brasília - DF	GAB
4	Cerimônia de Promulgação do Decreto da Lei de Anistia	02 de junho de 2009	Brasília - DF	GAB
5	Seminário Internacional sobre Democracia em Mudança na América Latina	17 e 18 de setembro de 2009	Brasília - DF	GAB
6	Reunião Extraordinária das Comissões Técnicas de Justiça e do interior do Mercosul	03 e 04 de dezembro de 2009	Rio de Janeiro - RJ	GAB
7	Editado e distribuído 100.000 folders sobre a Lei da Anistia – Lei nº 11.960/2009	Julho/2009	Brasília - DF	GAB
8	Vigência dos acordos sobre residência para nacionais dos Estados partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile	Dezembro/2009	Brasília – DF	GAB
9	Editado 100.000 folders acerca dos acordos sobre residência	Dezembro/2009	Brasília – DF	GAB
10	Criado Grupo de Trabalho – GT – sobre antropologia e arqueologia forense (Portaria 187/MJ)	Fevereiro/2009	Brasília – DF	GAB
11	Oficina de Mídia e Cidadania (projeto –piloto)	Janeiro, 2009	São Sebastião,DF	DEJUS
12	Lançamento da cartilha “Classificação Indicativa: Informação e Liberdade de Escolha”	Janeiro,2009	Brasília,DF	DEJUS
13	Oficina de Mídia e Cidadania (projeto –piloto)	Janeiro, 2009	São Sebastião,DF	DEJUS
14	Oficina sobre Classificação Indicativa para Emissoras de Televisão	Julho, 2009	Brasília,DF	DEJUS
15	Lançamento de cartilha “A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais” (Oficina sobre Classificação Indicativa para Emissoras de Televisão)	Julho, 2009	Brasília, DF	DEJUS

16	Ciclo de palestras da Classificação Indicativa (palestra da CNTV, Chile)	Agosto, 2009	Brasília,DF	DEJUS
17	Seminário Terceiro Setor: Cenários e Desafios	Setembro, 2009	Brasília, DF	DEJUS
18	Lançamento dos cartazes da campanha sobre Classificação Indicativa (I Seminário Internacional da Classificação Indicativa)	Novembro, 2009	Brasília, DF	DEJUS
19	I Seminário Internacional da Classificação Indicativa	Novembro, 2009	Brasília, DF	DEJUS
20	Lançamento dos cartazes da campanha sobre Classificação Indicativa (I Seminário internacional da Classificação Indicativa)	Novembro, 2009	Brasília, DF	DEJUS
21	Distribuição nacional de 500 mil cartilhas sobre Classificação Indicativa	Dezembro, 2009	Brasília, DF	DEJUS
22	Seminário “Nacionalidade Brasileira: Reflexões Jurídicas”, em conjunto com a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região e Centro Cultura da Justiça Federal	16.03.2009	Rio de Janeiro - RJ	DEEST
23	Lançamento do Sistema e-Certidão – com o Presidente Lula	02.07.2009	Brasília - DF	DEEST
24	Evento para a sanção da Lei nº 11.961, de 2009, de regularização imigratória de estrangeiros no Brasil (Anistia) – com o Presidente Lula	02.07.2009	Brasília – DF (MJ)	DEEST
25	Promulgação do Decreto nº 6.983, de 2009, que regulamenta e Lei nº 11.961/2009 – com o Presidente Lula	02.07.2009	Brasília – DF (MJ)	DEEST
26	Mensagem ao Congresso encaminhando a nova lei de imigração (PL 5.655/2009) – com o Presidente Lula	02.07.2009	Brasília – DF (MJ)	DEEST

27	Capacitação sobre a Lei de Anistia, em conjunto com a Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo (Prefeitura Municipal de São Paulo)	23.10.2009	São Paulo - SP	DEEST
28	Concurso de Capacitação e Treinamento no Combate à Lavagem de Dinheiro para a Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás	09 a 11 de março	Goiânia - GO	DRCI
29	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado da Bahia	1º a 03 de abril	Salvador - BA	DRCI
30	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Mato Grosso do Sul	7 a 8 de maio	Campo Grande - MS	DRCI
31	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para a Polícia Civil do Estado do Maranhão	24 a 28 de agosto	São Luis - MA	DRCI
32	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Mato Grosso do Sul Módulo II	1 a 2 de outubro	Campo Grande - MS	DRCI
33	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado de Rondônia	15 a 16 de outubro	Porto Velho - RO	DRCI
34	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais	27 e 28 de outubro	Belo Horizonte - MG	DRCI
35	1ª Reunião do Programa Grotius Brasil	10 de dezembro	Brasília - DF	DRCI
36	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina	12 a 17 de abril	Florianópolis - SC	DRCI
37	Seminário Extinção de Domínio	1 a 4 de setembro	Brasília - DF	DRCI

38	Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil	23 a 25 de setembro	Florianópolis - SC	DRCI
39	Encontro de Diretores de Escolas de Polícia Civil	19 a 21 de setembro	São Paulo - SP	DRCI
40	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para a Polícia Civil do Estado de São Paulo	19 a 21 de outubro	São Paulo - SP	DRCI
41	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado da Bahia	2 a 4 de dezembro	Salvador - BA	DRCI
42	Grupo Jurídico ENCCLA	19 de março	Brasília - DF	DRCI
43	Grupo Jurídico ENCCLA	1º de abril	Brasília - DF	DRCI
44	Grupo Jurídico ENCCLA	29 de abril	Brasília - DF	DRCI
45	Grupo Jurídico ENCCLA	13 de maio	Brasília - DF	DRCI
46	Grupo Jurídico ENCCLA	8 de junho	Brasília - DF	DRCI
47	Grupo Jurídico ENCCLA	6 de julho	Brasília - DF	DRCI
48	Grupo Jurídico ENCCLA	6 de agosto	Brasília - DF	DRCI

49	Grupo Jurídico ENCCLA	26 de agosto	Brasília - DF	DRCI
50	Grupo Jurídico ENCCLA	23 de outubro	Brasília – DF	DRCI
51	Grupo Jurídico ENCCLA	04 de novembro	Brasília - DF	DRCI
52	Grupo Operacional ENCCLA	02 de abril	Brasília – DF	DRCI
53	Grupo Operacional ENCCLA	28 de abril	Brasília - DF	DRCI
54	Grupo Operacional ENCCLA	09 de junho	Brasília – DF	DRCI
55	Grupo Operacional ENCCLA	18 de agosto	Brasília - DF	DRCI
56	Grupo Operacional ENCCLA	22 de outubro	Brasília – DF	DRCI
57	Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul	14 a 18 de dezembro	Brasília - DF	DRCI
58	Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA 2010	17 a 20 de novembro	Brasília – DF	DRCI
59	Lançamento do Programa Grotius Brasil	10/09/2009	Brasília - DF	DRCI

60	I Encontro Anual do Selo Grotius Brasil	10/09/2009	Brasília – DF	DRCI
61	II Oficina de Capacitação das Equipes Técnicas dos Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados	De 14 à 17 de dezembro de 2009	Brasília - DF	ETP
62	1º Jornada Estadual de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas	De 23 outubro à 11 de dezembro de 2009	Pernambuco	ETP
63	Oficina sobre Serviços de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas	De 29/07 à 01 de agosto de 2009	Recife - PE	ETP
64	Seminário Internacional sobre Enfretamento ao Tráfico de Pessoas	De 22 à 24 de julho de 2009	São Paulo - SP	ETP
65	II Seminário Luso Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Irregular	De 23 à 24 de março de 2009	Portugal	ETP
66	Núcleo de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas – NETP – Implantados – 06	2009	AC-GO-PA-PE-RJ e SP	ETP
67	Postos Avançados – PETP – Implantados - 02	2009	PA e SP	ETP

Nº	Assinatura de Acordos de Cooperação Técnica	UF	DATA	UNIDADE
1	Ministério Público	DF	27/06/2008	LAB
2	Secretaria de Segurança Pública	BA	27/06/2008	LAB
3	Ministério Público	GO	27/06/2009	LAB
4	Ministério Público	RS	27/06/2009	LAB
5	Departamento de Polícia Federal	DF	27/07/2008	LAB
6	Polícia Civil	RJ	04/07/2008	LAB

7	Ministério Público	RJ	12/12/2008	LAB
8	Polícia Civil	SP	30/01/2009	LAB
9	Ministério Público	SP	22/05/2009	LAB
10	Ministério Público	MG	27/10/2009	LAB
11	Polícia Civil	MG	22/12/2008	LAB
12	Ministério Público – Nordeste	AL, BA, PB, RN e SE	18/11/2009	LAB

Programas sob a responsabilidade da unidade:

Relação dos programas e suas principais ações

Programa 1164 – Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Programa 1413 – Promoção da Justiça e da Cidadania

Dados Gerais do Programa

Programa 1164 – Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

<i>Tipo de programa</i>	<i>Apoio às Políticas e Áreas Especiais</i>
<i>Objetivo geral</i>	<i>Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos</i>
<i>Objetivos Específicos</i>	<i>Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça</i>
<i>Gerente do programa</i>	<i>Boni de Moraes Ssoares</i>
<i>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</i>	<i>Boni de Moraes Ssoares</i>
<i>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</i>	<i>Índice de Bloqueio de Contas no Exterior</i> <i>Valor de Ativos Preservados</i>
<i>Público-alvo (beneficiários)</i>	<i>Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário.</i>

Programa 1413 – Promoção da Justiça e da Cidadania

<i>Tipo de programa</i>	<i>Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</i>
<i>Objetivo geral</i>	<i>Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia</i>
<i>Objetivos Específicos</i>	<i>Democratizar e aperfeiçoar o acesso à Justiça e à Cidadania e garantir a defesa dos Direitos Fundamentais</i>
<i>Gerente do programa</i>	<i>Romeu Tuma Junior</i>

Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Izaura Maria Soares Miranda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional

Ação 8217 – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Integrar e coordenar as ações dos órgãos envolvidos na prevenção e no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e elaborar política pública na área.
Descrição	Desenvolvimento da estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro que promova a coordenação das ações dos diversos órgãos envolvidos no combate à lavagem de dinheiro por meio de metas anualmente estabelecidas, bem como acompanhamento do cumprimento dessas metas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Carlos Roberto Takao Yoshioka
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Articulação Institucional / DRCI / SNJ

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Descrição da ação:

A ação refere-se à atuação da Secretaria Nacional de Justiça como Secretaria Executiva da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), o fórum nacional que reúne cerca de 80 órgãos e entidades públicas e privadas, com os seguintes objetivos:

- Promover a sinergia entre órgãos e entidades que atuam no combate aos citados crimes e seus antecedentes;
- Incentivar a atuação conjunta dos órgãos e entidades da Administração Pública para melhorar os resultados do combate aos citados crimes;
- Diagnosticar problemas e propor soluções legislativas, jurídicas, operacionais e tecnológicas referentes ao Sistema de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;
- Levantar e disseminar tipologias de corrupção e lavagem de dinheiro aos órgãos responsáveis pela prevenção a esses crimes;
- Organizar a atuação do Estado contra as organizações criminosas;
- Elaborar estratégia que direcionem as políticas públicas para o aperfeiçoamento do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Resultados:

Durante o ano de 2009, foram realizadas reuniões dos Grupos Permanentes (Jurídico, Operacional e Estratégico e de Tecnologia da Informação), com a finalidade de cumprir as ações planejadas em dezembro de 2008, na Reunião Plenária da ENCCLA-2009, realizada em Salvador-BA, no período de 25 a 28 de novembro de 2008.

As ações planejadas para serem executadas durante o exercício de 2009 foram as seguintes:

A) Grupo Operacional e Estratégico:

Ação 1: Compilar tipologias de utilização e desvio de recursos públicos por meio de patrocínio a atividades desportivas, especialmente nos municípios.

Resultados: Foi realizado levantamento de processos autuados nos Ministérios Públicos Estaduais, tendo sido constatado que não há quantidade suficiente de casos denunciados que possa subsidiar eventual estudo de tipologias. O grupo de estudo chegou à conclusão de que o risco de ocorrer lavagem de dinheiro por meio de patrocínios de Prefeituras Municipais e Governos Estaduais a atividades esportivas não é conhecido e, portanto, não há investigações nesse sentido. O grupo recomendou a difusão dos riscos de ocorrer a lavagem de dinheiro no setor aos órgãos e Instituições responsáveis pela repressão a tais práticas em âmbito nacional. Também recomendou a realização de Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro no Futebol, o que resultou no planejamento de ação para a ENCCLA 2010.

Ação 2: Criar um banco interativo com tipologias de lavagem de dinheiro e corrupção alimentados e compartilhados pelos órgãos da Enccla.

Resultados: Foi realizado levantamento de tipologias escritas em formulário padronizado, que resultou na apresentação de 49 tipologias de lavagem de dinheiro e 13 de corrupção. Foi criada enciclopédia eletrônica wiki, batizada de WICCLA com a finalidade reunir, em um só espaço, conhecimentos úteis aos órgãos e entidades membros da ENCCLA que atuam no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Ação 3: Analisar a lavagem de dinheiro associada ao comércio de semoventes.

Resultados: A análise foi detalhadamente realizada, tendo sido coletadas informações sobre legislação, bases de dados, controles existentes, procedimentos operacionais, estimativa do tamanho de rebanhos, vulnerabilidades do setor pecuário que facilitam a penetração de capital ilícito à procura do seu branqueamento, assim como as dificuldades nas apurações que visam coibir a lavagem de dinheiro nessa atividade. Foi proposto o encaminhamento do relatório ao Grupo Jurídico e ao Grupo de Tecnologia da Informação para que sejam analisadas as possibilidades de alterar a legislação vigente para obrigar a informação, na declaração de Imposto de Renda, da quantidade e o valor de bens semoventes que cada pessoa física ou jurídica possui, de forma que seja possível dimensionar o tamanho dos rebanhos de bovinos, caprinos, suínos, e outros, e avaliar as estruturas de TI relacionadas aos sistemas de controle de trânsito de animais (e-GTA e SISBOV).

Ação 4: Analisar a lavagem de dinheiro associada ao comércio de combustíveis.

Resultados: Foi produzido relatório contendo análise do risco de lavagem de dinheiro associado ao comércio de combustíveis a partir de casos já descobertos de utilização de postos de combustíveis por organizações criminosas de narcotraficantes e foram descritas tipologias da lavagem nesses casos. Foi proposto o aumento da fiscalização no setor. Chegou-se à conclusão de que é necessário o compartilhamento das informações obtidas para mapear as empresas utilizadas para a adulteração de combustíveis e identificar, possivelmente, outros postos de combustível utilizados para a lavagem de dinheiro.

Ação 5: Analisar a lavagem de dinheiro associada à importação e à exportação fictícias.

Resultados: Foi criado grupo de trabalho coordenado pela RFB, que contou com a participação de diversos órgãos e entidades, dentre elas Coana, Cosif, Copei, Cofis, tendo sido realizadas diversas

reuniões com o Banco Central do Brasil, com o escopo de melhorar a eficiência da fiscalização nas importações e exportações.

Ação 6: Analisar a corrupção associada a serviços terceirizados.

Resultados: Foi realizada coleta de informações e documentos de diversos órgãos e entidades, dentre elas o TCU, a AGU, a CGU, a SDE e PF, tais como auditoria do TCU que avaliou a contratação de serviços terceirizados na Administração Pública Federal, bem como processos de casos concretos de corrupção associada à contratação desses serviços. Foi realizado estudo detalhado de caso concreto e levantadas tipologias de corrupção na licitação e na execução dos contratos de serviços terceirizados e descritos no formulário padrão de tipologias referentes à Ação nº 02

Ação 7: Analisar ilícitos associados à contratação e execução de obras públicas.

Resultados: A ação foi suspensa, tendo em vista que a maioria dos órgãos participantes desta ação também participam de outro foro – a Rede de Controle -, que está realizando a mesma análise.

Ação 8: Promover a hierarquização de vulnerabilidades à lavagem de dinheiro e corrupção.

Resultados: Não foi possível que a ação fosse cumprida em face da inexistência de metodologia para a análise que resulte em hierarquização das vulnerabilidades em todos os setores utilizados para lavagem de dinheiro, bem como não há disponibilidade de informações que são necessários para isso. Para cumprir tal ação, há necessidade de um maior envolvimento de todos os órgãos e entidades da ENCCLA no sentido de promover alterações profundas em seus processos de trabalho, de forma que seja possível fornecer informações sobre processos, casos, resultados, volume de recursos, tipo de ilícito apurado ou em apuração, setor utilizado para lavagem, etc... As alterações necessárias para que ocorra a disponibilidade de informações é um processo muito lento, de forma que não há possibilidade de cumprir tal ação no médio prazo.

Ação 9: Enfrentar a lavagem de dinheiro do crime organizado na Bahia por meio de ações integradas.

Resultados: Órgãos e entidades de persecução penal no Estado da Bahia realizaram dezenas de investigações, buscas e apreensões e prisões temporárias e preventivas e apresentação de denúncias de crimes referentes ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro. Operações conjuntas realizadas entre os Ministérios Públicos e Polícias Cíveis dos Estados da Bahia e de Mato Grosso do Sul resultaram na prisão de fornecedores e traficantes de drogas que constituem fontes e distribuidores de drogas no Estado da Bahia e no bloqueio de ativos – fazendas, drogas, dinheiro em espécie.

B) Grupo Jurídico:

Ação 1: Estudo sobre a Lei de Improbidade Administrativa e dos projetos de lei relativos ao tema.

Resultados: Foi necessário realizar estudo profundo da Lei nº 8.429/1992 (a Lei de Improbidade Administrativa – LIA), em face das diversas dificuldades de aplicação prática que foram levantadas durante as reuniões realizadas. Tais problemas tornaram necessária a realização de várias reuniões para discuti-los exaustivamente e encontrar possíveis soluções jurídicas e elaborar um anteprojeto de lei que substitua a atual lei vigente. Em 2009, foram realizadas 11 (onze) reuniões, sendo 8 (oito) destinadas exclusivamente à análise da LIA. Considerando que a proposta do grupo consiste não na mera revogação de dispositivos da Lei atual, mas sim na revogação integral desta pelo Anteprojeto em elaboração, e tendo em vista que o dispositivo legal abarca pontos sensíveis a diversos órgãos, a ação foi prorrogada para o ano de 2010

Ação 2: Realização de oficinas de Corregedorias para troca de experiências, com participação dos três Poderes, de todas as esferas federativas, com produção de documento conclusivo, divulgando as boas práticas. A realização das oficinas será precedida de questionário para colheita de informações sobre a atuação das Corregedorias.

Resultados: Inicialmente, foram designados representantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para acompanhar o andamento e cumprimento

desta Ação. Ao longo do ano de 2009 foram feitas diversas reuniões entre estes órgãos, a fim de estabelecer diretrizes para as Oficinas de Corregedorias. Resultado dessa ação foi o Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2009, no Auditório do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília/DF. Tal evento foi promovido pelo CNJ, em parceria com a CGU e com o Conselho da Justiça Federal (CJF), e contou com a presença de integrantes de todas as corregedorias federais e estaduais, totalizando mais de 200 (duzentos) participantes. O evento buscou promover o intercâmbio de informações e experiências entre os órgãos correccionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, debatendo-se questões relacionadas a sindicância patrimonial, sigilo fiscal e bancário e ação correccional no combate à impunidade

Ação 3: Analisar os Projetos de Lei sobre técnicas especiais de investigação.

Resultados: A aludida ação foi aprovada em razão da ausência de normatização adequada sobre técnicas especiais de investigação. Neste contexto, foram realizadas diversas reuniões para análise dos Projetos de Lei supracitados, resultando na elaboração de Notas Técnicas pelo Grupo Jurídico, o qual foi enviado ao Congresso Nacional para subsidiar os trabalhos dos responsáveis pelo processo legislativo. Além disso, ao Grupo Jurídico coube realizar reuniões e contatos com parlamentares e sensibilizá-los da necessidade da aprovação das propostas contidas na referida Nota Técnica e acompanhar a tramitação destas proposições nas Casas Legislativas.

Ação 4: Acompanhamento de outros Projetos de Lei e de anteprojetos de lei, tais como o PL 32, que altera a Lei nº 8.666, de 1993; Projetos de Lei que alteram o Código de Processo Penal; PL que substituirá Medida Provisória que anistiava as entidades filantrópicas e Projeto de Lei da videoconferência, entre outros.

Resultados: Inicialmente, foi realizado levantamento de Anteprojetos e Projetos de Lei de interesse do Grupo Jurídico da ENCCLA, enfatizando-se os avanços e dificuldades encontradas no trâmite e aprovação dos mesmos. Constatou-se uma considerável deficiência na comunicação junto aos Parlamentares, o que foi aprimorado pelo Grupo Jurídico ao longo de 2009, por meio da realização de diversas reuniões junto a Relatores de Projetos de Lei e demais Parlamentares, a fim de agilizar a tramitação e viabilizar a aprovação pelas Casas Legislativas. Neste contexto de atuação junto aos Parlamentares, cabe destacar o convite feito ao Deputado Colbert Martins, Relator do PL nº 3443/2008 (que altera dispositivos da Lei nº 9.613/1998 – “Lei de Lavagem de Dinheiro”), para comparecer à Reunião Plenária da ENCCLA 2010 (realizada em nov.2009, em Salvador/BA), convite este que foi aceito de pronto, possibilitando ao mesmo aprofundar os conhecimentos sobre a ENCCLA e sua atuação, bem como estreitar laços com os órgãos presentes naquela ocasião, favorecendo, posteriormente, a apresentação de manifestações (pelo referido Parlamentar) que coadunam com as necessidades do Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro.

C) Grupo de Tecnologia da Informação

Ação 1: Sistemas de Informação – Criação, acesso, integração, interoperação e aprimoramento de sistemas de informação em geral;

Resultados: Não houve possibilidade de os trabalhos serem realizados pelo Grupo.

Ação 2: Indicadores e Estatística – Análise estatística e numérica dos assuntos relevantes para tomada de decisão dos grupos da ENCCLA;

Resultados: Não houve possibilidade de os trabalhos serem realizados pelo Grupo.

Ação 3: Pesquisa e Análise – Apoio a projetos de aprofundamento de temas, com vistas ao uso de tecnologia para solução de problemas, ressaltando o viés do aumento da capacidade de análise.

Resultados: O Grupo Permanente de Tecnologia da Informação da ENCCLA, por intermédio da Controladoria-Geral da União - CGU e em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, realizou, em novembro de 2009, na cidade de Brasília/DF, a Exposição de Ferramentas de Análise de Informações, com o objetivo de ampliar a difusão da cultura de análise de informações como processo fundamental para a tomada de decisões estratégicas e para a

geração de provas investigativas robustas. Tal exposição possibilitou a difusão do conhecimento de avançadas técnicas de coleta e exame de informações, bem como contribuiu para o intercâmbio de experiências entre órgãos do governo e o mercado mundial de ferramentas de análise que são essenciais para a prevenção e o combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

No período de 17 a 20 de novembro de 2009, na cidade de Salvador / BA, foi realizada a Reunião Plenária da ENCCLA, com a participação de aproximadamente 180 pessoas ligadas a 80 órgãos e entidades públicas e privadas que atuam na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro, com o objetivo de avaliar os resultados dos trabalhos realizados em 2009 e elaborar um plano de ações para ser cumprido em 2010. Tal reunião resultou no planejamento de 21 ações e 4 recomendações para serem executadas durante o ano de 2010, conforme abaixo descrito:

Ação 01: Analisar os PLs que tratam sobre BINGOS e JOGOS ELETRÔNICOS

Órgão Responsável: COAF

Órgãos Colaboradores: CNPG, CONCP, AGU, DPF, BACEN, MPF, MP/RJ, MP/SP, GNCOC, PGFN, RFB, CNJ, CNMP, MP/BA, AMAERJ, TRF 2, MPDFT, CEF, SAL/MJ

Ação 02: Elaborar proposta de tipos penais ainda não existentes no ordenamento jurídico brasileiro, a fim de atender aos Tratados e Convenções já internalizados

Órgão Responsável: CGU

Órgãos Colaboradores: DPF, MPF, FEBRABAN, CONCP, BACEN, AJUFE, MP/BA ANAUNI, AGU, CVM, MP/RJ, MP/SP, PGFN, COAF, SNJ, AECI/MJ, AMAERJ, MRE, TRF 2, GNCOC, SAL/MJ, MPDFT

Ação 03: Retomar a análise do anteprojeto de Extinção de Domínio

Órgão Responsável: AGU

Órgãos Colaboradores: DPF, CVM, MP/RJ, CGU, ANAPE, MPF, SRJ, MP/SP, BACEN, SNJ, ANAUNI, COAF, CNJ, PGFN, AJUFE, SENAD, CONCP, AMAERJ, MP/BA, TRF 2, CONJUR/MJ, SAL/MJ

Ação 04: Analisar a regulamentação do fluxo financeiro envolvendo instituições offshore

Órgão Responsável: DPF

Órgãos Colaboradores: MPF, AJUFE, SNJ, CVM, RFB, PGFN, AGU, MP/SP, MP/RJ, BACEN, BB, CONCP, COAF, AMAERJ, TRF 2, SAL/MJ

Ação 05: Acompanhar o andamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo instituído pela Portaria GSI no. 55/2009, para análise da Lei nº 7.170/83 [Lei de Segurança Nacional], a fim de verificar a adequação às Recomendações Especiais do GAFI/FATF

Órgão Responsável: MD

Órgãos Colaboradores: COAF, CNPG, CONCP, AGU, BACEN, MPF, DPF, CNJ, SAL/MJ, MP/BA, MRE, TRF 2

Ação 06: Acompanhar a tramitação do anteprojeto elaborado pela ENCCLA em matéria de prescrição penal (Meta 26 – ENCCLA 2007), bem como o PL 1383/2003

Órgão Responsável: MPF

Órgãos Colaboradores: BACEN, CONCP, CNPG, GNCOC MP/RJ, AJUFE, AMAERJ, TRF 2, DPF, SAL/MJ

Ação 07: Acompanhar a tramitação dos Projetos existentes sobre a LC 105/2001 (que versa sobre sigilo bancário), bem como resgatar o anteprojeto de autoria da ENCCLA (confeccionado em atenção à Meta 01 – ENCCLA 2008)

Órgão Responsável: CNMP

Órgãos Colaboradores: PGFN, RFB, MP/SP, CNPG, CGU, BB, CONCP, BACEN, ANAPE, MPF, SNJ, CVM, DPF, AGU, INSS, ANAUNI, COAF, TCU, SUSEP, MP/BA, MPDFT, GNCOC, SAL/MJ

Ação 08: Analisar as relações existentes entre os crimes contra a ordem tributária e a corrupção e lavagem de dinheiro.

Órgão Responsável: CNPG

Órgãos Colaboradores: MPF, DPF, PGFN, RFB, CONCP, BACEN, ANAPE, AJUFE, CNMP, CGU, TRF 2, MP/SP, GNCOC, MRE, BB

Ação 09: Realizar Seminário Internacional sobre a lavagem de dinheiro no futebol.

Órgão Responsável: SNJ

Ação 10: Propor medidas de segurança voltadas à garantia de AUTENTICIDADE e INTEGRIDADE de documentos registraes e de identificação civil.

Órgão Responsável: MPS

Órgãos Colaboradores: RFB, CGU, INSS, DPF, MRE, BB, CNJ, DEPEND/MJ

Ação 11: Compilar as políticas públicas de combate à corrupção e à Lavagem de Dinheiro, desenvolvidas no âmbito e em decorrência da ENCCLA, com vistas ao planejamento de ações futuras.

Órgão Responsável: SNJ

Órgãos Colaboradores: MPDFT, GNCOC, MP/SP, MP/RJ, COAF, DPF, CNJ, BACEN, CONCPC, ANPR, TCU, AGU, CGU, MP/BA, MPOG

Ação 12: Analisar a atuação de milícias nos estados na prática de corrupção e na lavagem de dinheiro dela decorrente

Órgão Responsável: MP/RJ

Órgãos Colaboradores: ABIN, CVM, CONCPC, RFB, MP/SP, GNCOC, MPDFT, BACEN, COAF, DPF, SUSEP, PC/SE, SSP/BA, MP/BA, MRE, DEPEND/MJ

Ação 13: Replicar regionalmente o modelo da ENCCLA, com início no Estado da Bahia

Órgão Responsável: MP/BA

Ação 14: Analisar a atuação de organizações criminosas existentes nos estabelecimentos prisionais e/ou carcerários na prática de corrupção e lavagem de dinheiro

Órgão Responsável: DEPEND/SNJ

Órgãos Colaboradores: ABIN, MPF, MPDFT, MP/RJ, SSP/BA, MP/BA, MP/SP, CNMP, MRE, DPF, GNCOC, CONSEJ

Ação 15: Analisar a atuação do narcotráfico na prática de corrupção e lavagem de dinheiro

Órgãos Responsáveis: GNCOC e DPF

Órgãos Colaboradores: RFB, ABIN, MPDFT, MP/RJ, MP/SP, SSP/BA, MP/BA, MPF, ANPR, MRE, CONCPC

Ação 16: Analisar a corrupção associada a serviços terceirizados no âmbito estadual

Órgão Responsável: GNCOC

Órgãos Colaboradores: SDE, AGU, TCU, CGU, MP/SP, MP/BA, MPOG, MPDFT

Ação 17: Analisar os riscos de corrupção nas licitações e contratações de obras e serviços vinculados à Copa 2014 e às Olimpíadas de 2016, com ênfase na formação de cartéis

Órgãos Responsáveis: TCU, CGU e SDE

Órgãos Colaboradores: CNPG, DPF, MPF, MP/RJ, MRE

Ação 18: Identificar dificuldades e vulnerabilidades no processo de rastreamento de recursos no sistema financeiro e propor soluções

Órgão Responsável: BACEN

Órgãos Colaboradores: AJUFE, FEBRABAN, BB, CEF, MPF, DPF, MPDFT

Ação 19: Analisar os pontos de fragilidade e vulnerabilidades nas transferências voluntárias

Órgão Responsável: AGU

Órgãos Colaboradores: TCU, CGU, DPF, MPF, ANPR, SDE, MPOG

Ação 20: Disponibilizar e disseminar a utilização da tecnologia para análise dos extratos de quebra de sigilo bancário na forma do layout constante do Memorando de Instrução MI 001- ASSPA/PGR

Órgão Responsável: MPF

Órgãos Colaboradores: GNCOC, MPDFT, FEBRABAN, MP/RJ, BB, SNJ, MP/BA, CNPG, DPF, CNMP, BACEN

Ação 21: Promover a edição de atos normativos para inserir o número de CPF na publicação em Diário Oficial das nomeações para cargos públicos e funções de confiança

Órgão Responsável: CGU

Órgãos Colaboradores: TCU, CNMP, CNJ, BB, MPOG

RECOMENDAÇÕES:

Recomendação 01: A todos os membros da ENCCLA, que adotem grupos permanentes de atuação junto à Estratégia.

Responsável: Secretaria Executiva da ENCCLA

Órgãos Envolvidos: todos os membros da ENCCLA

Recomendação 02: À Secretaria Executiva da ENCCLA, que encaminhe expediente aos membros da Estratégia solicitando apoio para a implementação de ações administrativas

Responsável: Secretaria Executiva da ENCCLA

Órgãos Envolvidos: todos os membros da ENCCLA

Recomendação 03: Ao Grupo Jurídico, que dê continuidade ao cumprimento da Ação 01 – ENCCLA 2009, referente à análise da Lei de Improbidade Administrativa

Responsável: Grupo Jurídico

Recomendação 04: Ao Grupo Jurídico, que analise o Anteprojeto da Lei Orgânica da Administração Pública

Órgão Responsável: CNJ

Órgãos Colaboradores: SNJ, CONJUR/MJ, PGFN, DPF, MPF, AGU, AECI/MJ, ANAPE, ANAUNI, BACEN, CDEMP, CONCP, SENAD, MD, CGU, CVM, CNMP, MRE, TCU, RFB

b) Principais Problemas:

O fato de os trabalhos da ENCCLA serem realizados por algumas dezenas de grupos, cada um deles responsável por uma ação considerada importante para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, exige que a Secretaria Executiva, papel desempenhado pela Secretaria Nacional de Justiça por meio do DRCI, disponha de equipe com quantidade de servidores e com conhecimentos específicos nas diversas áreas de atuação da ENCCLA, de forma que os mesmos alcancem os resultados esperados e estejam alinhados com as políticas de governo e os padrões e as recomendações internacionais.

Além disso, as atribuições de Secretaria Executiva incluem atividades administrativas que demandam o trabalho diário e contínuo de servidores exclusivamente dedicados a elas (elaborar memorandos e ofícios; agendar, convocar e registrar reuniões; organizar informações e documentos, solicitar, receber e controlar materiais e serviços necessários ao funcionamento da Secretaria; providenciar publicação de trabalhos resultantes das ações da ENCCLA, etc...);

Ainda, há necessidade de equipe especializada em organização de eventos, de forma que enorme quantidade de reuniões do Gabinete Gestor Integrado (GGI-LD), dos Grupos Permanentes e Subgrupos possam ser realizados com total apoio da Secretaria Executiva.

Pelo exposto, o principal problema é a indisponibilidade de equipe com quantidade de qualidade adequada para que a CGAI/DRCI/SNJ possa cumprir suas atribuições de Secretaria Executiva da ENCCLA de forma eficaz.

c) Contratações e Parcerias:

Todas as ações da ENCCLA resultam da atuação conjunta dos 80 órgãos e entidades públicas e privadas que a compõem como membros, organizadas em grupos e subgrupos. Tais parcerias são de natureza informal, sem a necessidade de celebração de convênios ou contratos.

O suporte organizacional dos trabalhos é fornecido pelo Ministério Justiça, que arca com os custos de organização das reuniões, as quais se enquadram como eventos.

As despesas para a realização da Reunião Plenária em Salvador foram suportadas por patrocínio da Caixa Econômica Federal e o restante dividido entre a Controladoria-Geral da União e o Ministério da Justiça. As despesas com recepção e transporte de autoridades e participantes foram suportadas pelo Ministério Público e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

d) Transferências: Não houve

Ação 2390 - Capacitação Técnica de Agentes em Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aperfeiçoar a execução de ações de prevenção e de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com foco na recuperação de ativos.
Descrição	Treinamento de agentes públicos e privados em eventos e cursos de curta, média e longa duração, que resultem em sua capacitação, especialização e certificação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Carlos Roberto Takao Yoshioka
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Articulação Institucional / DRCI / SNJ

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Descrição da ação:

Criado pela ENCCLA em 2005, o **Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD)** tem como objetivo capacitar agentes públicos que atuam no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (juízes, procuradores / promotores, polícia judiciária, auditores e fiscais). É o mais importante meio de difusão de conhecimentos sobre o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. O entendimento de que, para desestruturar organizações criminosas, é necessário privar os criminosos de seus ativos, com o intuito de diminuir sua capacidade operacional, altera de forma positiva o rumo das investigações e fiscalizações.

A capacitação de agentes públicos no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro tem produzido resultados altamente positivos para o Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, considerando que a quantidade de ativos bloqueados registrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), administrado pelo Conselho Nacional de Justiça, tem aumentado ano a ano e, em dezembro de 2009, contabilizou cerca de R\$ 1 bilhão de reais, bem como tem aumentado ano a ano a quantidade de ativos bloqueados no exterior, cuja estimativa atual é de cerca de US\$ 3 bilhões de dólares.

O PNLD também tem servido de instrumento para divulgação da necessidade de adoção de medidas preventivas contra a lavagem de dinheiro, bem como de padrões e melhores práticas internacionais sobre o tema.

Resultados:

O PNLD, desde a sua criação, proporcionou a capacitação de 6.131 agentes públicos. Em 2009, foram capacitados **1.681** agentes públicos, tendo sido realizados 14 eventos, totalizando 402 horas-aula, ministradas gratuitamente por servidores de órgãos membros da ENCCLA, especialistas nos diversos assuntos que fazem parte do programa de capacitação.

UF	Curso	Local	Módulo	Agentes capacitados	Ano	Data Início	Data Fim	Duração (dias)	Carga horária
GO	SEFAZ-GO	Goiânia	I	150	2009	09/03/09	11/03/09	3	24
DF	Work shop LAB	Brasília	I	18	2009	10/03/09	12/03/09	3	20

PE	MP-PE	Recife	I	205	2009	23/03/09	24/03/09	2	16
B A	MP-BA	Salvador	I	179	2009	01/04/09	03/04/09	3	16
SC	PC-SC	Florianópolis	I	173	2009	12/04/09	17/04/09	6	40
M S	MP-MS	Campo Grande	I	57	2009	07/05/09	08/05/09	2	16
M A	PC-MA	São Luis	I	112	2009	24/08/09	28/08/09	5	40
SC	II CONCPC	Florianópolis	I	80	2009	23/09/09	25/09/09	3	36
M S	MP-MS	Campo Grande	III	70	2009	01/10/09	02/10/09	2	70
R O	MP-RO	Porto Velho	II	200	2009	15/10/09	16/10/09	2	16
SP	PC-SP	São Paulo	I	140	2009	19/10/09	21/10/09	3	16
M G	MP-MG	Belo Horizonte	I	85	2009	27/10/09	28/10/09	2	16
B A	MP-BA	Salvador	II	180	2009	02/12/09	04/12/09	3	36
RS	MP-RS	Porto Alegre	I	32	2009	14/12/09	18/12/09	5	40
TOTAL DE AGENTES CAPACITADOS em 2009				1.681					

b) Principais Problemas:

Foi realizada a consolidação das avaliações de participantes e palestrantes dos cursos de capacitação realizados no âmbito do PNLD, bem como levantamento de problemas observados pelos organizadores de tais cursos, o que resultou no levantamento dos seguintes problemas a serem solucionados:

	Problemas	Causas
1	Conteúdo de ementas em duplicidade	Definição imprecisa do conteúdo de cada ementa
2	Necessidade de capacitar membros do Poder Judiciário no combate à lavagem de dinheiro	Indisponibilidade de tempo para os magistrados participarem de cursos de atualização ou capacitação
3	Falta de material didático	Material didático não elaborado
4	Os patrocinadores do evento não têm sido divulgados nas apresentações dos palestrantes (SNJ, Selo ENCCLA, órgão patrocinador, PRONASCI)	Falta de padronização dos slides das apresentações para divulgação correta dos patrocinadores
5	Necessidade de realizar vários módulos para um mesmo órgão ou entidade (UF) tem demandado muito esforço de organização e dos palestrantes	1) quantidade de público-alvo reduzido exige a realização de vários cursos para a mesma entidade; 2) metodologia de escolha de ementas muito aberta que permite a repetição do conteúdo em vários cursos;
6	Conteúdo de uma mesma ementa tem sido diferente, dependendo do palestrante que for convidado	Detalhamento do conteúdo insuficiente para bem defini-lo
7	Quantidade insuficiente de palestrantes qualificados por ementa tem causado sobrecarga para os poucos que estão se dedicando à atividade	1) Os palestrantes têm enfrentado dificuldades para serem designados e liberados para ministrar palestras, em face de diversos motivos: sobrecarga de trabalho em seus

	de ensino	<p>órgãos de origem e falta de apoio institucional para a atividade de capacitação promovida por meio do PNLD. Exceção-se os membros dos Ministérios Públicos, que possuem maior independência institucional para decidir sobre sua participação como palestrante;</p> <p>2) Palestrantes convocados com antecedência insuficiente para uma boa preparação da palestra são mal avaliados, causando dificuldades para nova convocação;</p> <p>3) Palestrantes que possuem bom conhecimento técnico sobre o conteúdo a ser ministrado, porém necessita de melhor didática de ensino;</p>
8	Imposição de restrições aos palestrantes para participar de cursos de capacitação na condição de palestrante por parte dos órgãos aos quais os mesmos estão vinculados	Regras ou regulamentos internos de órgãos ou entidades têm imposto limitação em quantidade para os servidores ou funcionários participarem de cursos, seminários ou palestras
9	Solicitação de capacitação de universitários no tema combate à corrupção e à lavagem de dinheiro tem sido demandada – monografias e projetos finais de curso	O PNLD foi criado com o objetivo exclusivo de capacitar agentes públicos no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, impossibilitando que os conhecimentos dessas áreas sejam disseminados a estudantes e universitários
10	Realização de cursos para pequena quantidade de agentes públicos limita o alcance dos objetivos de divulgação desejados, demanda grande esforço de organização e esforço dos palestrantes, bem como resulta numa baixa relação custo-benefício.	Falta de definição de parâmetros mínimos de quantidade e tipo de público-alvo de cada curso
11	Necessidade de treinar palestrantes para melhorar a didática de ensino e obter um maior número de palestrantes para cada ementa	Falta de treinamento em didática de ensino
12	Ementas com conteúdo incompatível com o tempo destinado para a palestra	<p>1) A descrição genérica do título da ementa e a inexistência de detalhamento do conteúdo induz cada palestrante a tentar abordar o assunto de maneira ampla, inclusive assuntos incluídos em outras ementas;</p> <p>2) Falta de avaliação de compatibilidade de tempo versus conteúdo de cada ementa.</p>
13	Assuntos previstos para serem ministrados em uma ementa possuem conteúdo que necessitam de quantidade de tempo suficiente para serem distribuídos em várias ementas e criação de um módulo específico de especialização de investigadores	Ementa elaborada de forma genérica, com grande incompatibilidade de tempo quando comparado com o conteúdo previsto (Exemplos: lavagem de dinheiro em operações de Bolsas de valores, mercadorias e futuro; combate à corrupção).
14	Necessidade de inserir oficinas práticas para melhorar a absorção dos conhecimentos por parte dos treinandos.	<p>Inexistência de material didático;</p> <p>Falta de apoio pedagógico para elaboração de material didático;</p> <p>Falta de oficinas práticas, especialmente para os casos de lavagem de dinheiro associada a crimes antecedentes que ocorrem com frequência e grande abrangência (narcotráfico, contra a administração pública, financeiros, tributários e</p>

		eleitorais) ;
15	A inexistência de casos fictícios para treinamento tem obrigado os palestrantes a utilizar casos concretos ainda protegidos por sigilos (segredo de justiça, bancário, fiscal e telefônico)	Pequena quantidade de casos transitados em julgado
16	Utilização de material do PNLD, especialmente slides das palestras, em outros cursos pela falta de definição de direitos autorais	Falta de material didático; Distribuição de palestras em Powerpoint elaboradas pelos palestrantes Falta de adoção de cautelas necessárias à preservação de direitos autorais Falta de regulamentação interna de direitos autorais
17	Equipe técnica da SNJ/DRCI insuficiente para organizar todos os cursos solicitados	Limitação de recursos humanos alocados ao DRCI/SNJ/MJ impostos por normas legais
18	Recursos orçamentários e financeiros do MJ/SNJ insuficientes para cobrir todas as despesas dos cursos anualmente solicitados	Limitação de recursos orçamentários e financeiros decorrentes da necessidade de planejar as ações e projetos que sejam adequados à capacidade operacional do DRCI/SNJ/MJ

c) Contratações e Parcerias:

Os cursos do PNLD são realizados, em geral, por solicitação de órgãos e entidades públicas federais, estaduais ou municipais. O solicitante, como regra geral, deverá arcar com todas as despesas de organização do evento, bem como de diárias e passagens dos participantes. A Secretaria Executiva fica responsável somente pelas diárias e passagens dos palestrantes e de um ou dois coordenadores de evento que deverão se deslocar para prestar a necessária consultoria. Em alguns casos, é possível que as despesas sejam enquadradas em ações do PRONASCI, de forma que há possibilidade de os cursos correspondentes ser total ou parcialmente custeados por recursos de tal programa. A Secretaria Executiva do PNLD orienta o solicitante na definição do programa do curso, que pode ser montado a partir da escolha de um menu de disciplinas. Além disso, entra em contato com os palestrantes cadastrados ou com órgãos e entidades responsáveis pelos conteúdos das disciplinas para definir o conjunto de palestrantes que irão apresentar o conteúdo escolhido.

Ação 2332 – Quebra de Sigilo Bancário no Exterior

Dados Gerais da Ação

<i>Tipo da Ação</i>	<i>Atividade</i>
<i>Finalidade</i>	<i>Obter provas no exterior para instrução de investigações e processos instaurados no Brasil, bem como viabilizar a indisponibilização e a recuperação de ativos</i>
<i>Descrição</i>	<i>Obtenção de quebra de sigilo bancário no exterior por meio da cooperação jurídica internacional, para obtenção de documentos bancários para utilização como provas para investigação e processos relacionados com o crime de lavagem de dinheiro</i>
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	<i>Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça</i>
<i>Coordenador nacional da ação</i>	<i>Leonardo do Couto Ribeiro</i>
<i>Unidades executoras</i>	<i>Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos / DRCI / SNJ</i>

Principais Resultados:

Cooperação em Matéria Penal e Recuperação de Ativos

Em 2009, foram iniciados, ou tiveram continuidade, diversos pedidos de cooperação formulados por autoridades investigativas, persecutórias e judiciais referentes a procedimentos penais em curso no país ou no exterior. A Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal – CGRA trabalhou em mais de 1.100 casos de cooperação jurídica em matéria penal, envidando os melhores esforços para que surtisse efeitos solicitações de assistência jurídica por motivo penal que tiveram, entre outras finalidades, quebras de sigilo bancário, bloqueios e confiscos de ativos de origem ilícita mantidos no exterior.

O principal objetivo desses pedidos de cooperação é o corte do fluxo financeiro de organizações criminosas, que ocultam ou dissimulam a real origem de seus ganhos espúrios por meio da lavagem de dinheiro.

Assim, enquanto a cooperação jurídica internacional é o meio necessário para produzir provas havidas em jurisdições estrangeiras de modo válido para procedimentos em curso no País, é por meio da quebra de sigilo bancário que se logra não apenas a produção dessas provas no que tange ao aspecto financeiro da investigação ou persecução, mas também a possibilidade de se seguir o caminho deixado por organizações criminosas no intento de ocultar a origem ou real titularidade desses ativos ilícitos.

Portanto, a partir desses pedidos de cooperação formulados por autoridades competentes, contando com a participação da Secretaria Nacional de Justiça na coordenação e na execução de ações no campo internacional, logrou-se a quebra de dezenas de contas bancárias que guardam relação com pessoas físicas e jurídicas que teriam lavado seus ativos ilícitos no Exterior.

Ressalte-se que, após a identificação da origem e titularidade desses ativos ilícitos, torna-se possível seu bloqueio. Uma vez transitada em julgado sentença penal, e sendo seu resultado no sentido de condenar os detentores desses ativos ilícitos, torna-se possível a repatriação desses ativos, para assim satisfazer a justiça.

Nesse sentido, merece menção a coordenação, no âmbito dos casos intitulados “Banestado” e “Satiagraha”, a manutenção de bloqueios da ordem de aproximadamente 3 bilhões e meio de dólares estadunidenses. Referidos bloqueios foram sustentados pela produção e encaminhamento aos Estados Unidos da América de relatórios trimestrais acerca dos andamentos das correlacionadas ações penais no Brasil.

Ainda no âmbito do caso Banestado, merece destaque a recuperação de ativos de aproximadamente USD1.000.000,00.

Ademais, no âmbito do caso Banco Santos, coordenaram-se ações que resultaram na localização e na apreensão no exterior de diversas obras de arte do acervo do principal acusado.

Pode-se, ainda, destacar a participação em negociações presenciais de acordos de cooperação jurídica internacional em matéria penal como, por exemplo, na Alemanha, Índia, Israel e Turquia. Cabe ressaltar que acordos dessa natureza estreitam os laços e os compromissos entre os Estados envolvidos, facilitando o cumprimento de medidas assecuratórias, conservativas ou de cautela real e executórias, suscetíveis de causar dano patrimonial ao sujeito-alvo.

A participação em foros internacionais, por sua vez, continua mostrando-se relevante às atividades que envolvem a cooperação jurisdicional que objetiva a quebra de sigilo bancário, bloqueio e confisco de valores. Entre outros, houve participação na Reunião Plenária e dos Sub-Grupos do Grupo de Peritos para o combate à lavagem de dinheiro (LAVEX), no âmbito da Organização dos Estados Americanos, ocorrida no Uruguai; no Grupo de Trabalho de Recuperação de Ativos no âmbito da Conferência das Partes da Convenção da Organização das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida em Viena, no Curso de Capacitação e Treinamentos para Avaliadores do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo - GAFI/FATF ocorridos em Paris e no Rio de Janeiro, e na reunião da Equipe de Projeto sobre Confisco do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – GAFI/FATF, em Amsterdã, Holanda.

Não se pode olvidar, outrossim, da importância do deslocamento feito por técnicos da área a outros países para realização de reuniões sobre casos específicos e ou procedimentos de consulta a Autoridades Centrais. Em recente viagem à Suíça, por exemplo, foram aprofundadas tratativas para a recuperação de valores confiscados no exterior, produtos de crime, estimados em mais de USD25.000.000,00.

Em 2009, também se ampliou o programa de capacitação da comunidade jurídica no que diz respeito ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, por intermédio do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para

o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), que incluiu a divulgação do Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos e a realização de palestras por técnicos da área.

No que concerne ao cumprimento da Ação 2332 do PPA, seguem abaixo as metas e os resultados relativos ao exercício de 2009:

Ação 2332 – Quebra de Sigilo Bancário no Exterior - 2009

<i>META</i>	<i>PREVISÃO</i>	<i>EXECUÇÃO</i>	<i>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</i>
<i>Financeira</i>	<i>R\$ 180.000,00</i>	<i>R\$ 120.181,00*</i>	
<i>Física</i>	<i>180</i>	<i>194</i>	<i>107,78%</i>

Registre-se, por fim, que, em 2009, foram bloqueados aproximadamente R\$ 1.000.000.000,00. Cabe ressaltar que este número representa o total de recursos indisponibilizados com confirmação de autoridades estrangeiras. Assim, o número não reflete o total de recursos indisponibilizados de fato, já que muitos países concedem o bloqueio sem informar o valor.

Meta do Pronasci

Divulgação dos Manuais de Cooperação Jurídica Internacional

Da tiragem de 5.000 manuais de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos, volume de penal, praticamente 100% foi distribuída ao longo de 2009, restando menos de 70 cópias no Departamento.

b) Principais Problemas:

O Sistema de Acompanhamento Processual (SAP) do DRCI tem-se mostrado hoje uma ferramenta obsoleta e desvinculada das necessidades de seus usuários.

Assim, o SAP, além de não traduzir com fidelidade o fluxo de atividades que permeia a Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos (CGRA), não tem permitido a geração de relatórios capazes de atender eficazmente às demandas dos diferentes organismos nacionais e sobretudo internacionais que reclamam estatísticas do DRCI.

Além da necessidade de aprimorar seu sistema de acompanhamento de processos, é essencial à CGRA desenvolver política e cultura de segurança da informação mais adequadas à sua realidade, por conta do alto volume de processos sensíveis que tramitam na área, seja pelo sigilo que os cercam, seja pelos altos valores que envolvem.

Precisa-se, pois, elaborar e garantir critérios que protejam essas informações contra fraudes, roubos ou vazamentos.

O e-mail, por exemplo, é um dos sistemas de comunicação mais importantes da CGRA. No entanto, não é criptografado. E-mail corporativo sem criptografia é sinônimo de risco. Logo, a criptografia é fundamental para garantir a segurança das mensagens sigilosas.

Também é imperioso reforçar obstáculos para impedir ou dificultar o acesso físico por pessoas não autorizadas à CGRA. O controle de acesso à CGRA deveria perpassar por identificação mais rigorosa de seus usuários. Para tanto, poder-se-ia utilizar: cartões para usuários, senhas para acesso, catracas eletrônicas e portas de segurança, identificação por biometria, etc. Consigne-se que, atualmente, a segurança do DRCI é feita única e exclusivamente por vigilantes que alternam turnos.

Outra vulnerabilidade da CGRA é a alta rotatividade de seus funcionários. O índice elevado de perda de talentos humanos constitui um problema à medida que, com a saída de um funcionário, perde-se conhecimento, capital intelectual, inteligência, entendimento e domínio dos processos.

A realização de concurso público no Ministério da Justiça no final do ano passado pode ser percebida como medida paliativa. Porém, dadas as baixas remunerações oferecidas e a ausência de plano de carreira estruturada, dificilmente os novos servidores permanecerão muito tempo em seus cargos, pois a tendência é que continuem buscando estabilidade financeira dentro do serviço público.

c) Contratações e Parcerias: Não ocorreu no período

d) Transferências: Não ocorreu no período

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	<i>Atividade</i>
Finalidade	<i>Implantar o serviço de prestação alimentícia para garantir os direitos a alimentos em ações transnacionais.</i>
Descrição	<i>Orientação das autoridades requerentes e análise dos pedidos de cooperação verificando as peculiaridades do país requerido, encaminhamento à autoridade requerida, acompanhamento do prazo de resposta, encaminhamento da resposta recebida à autoridade requerente, monitoração da efetividade do cumprimento dos pedidos de obtenção de pensão alimentícia.</i>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	<i>Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça</i>
Coordenador nacional da ação	<i>Arnaldo José Alves Silveira</i>
Unidades executoras	<i>Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional</i>

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Principais Resultados:

Trata-se de Ação plurianual que será finalizada em 2011 e que pretende a estruturação da Autoridade Central (AC) que atua na cooperação jurídica internacional em tema de prestação internacional de alimentos.

A Ação foi inicialmente planejada para ser executada em duas vertentes, ou em duas sub-ações: (i) Estruturação física e (ii) Estruturação qualitativa dessa Autoridade Central.

A estruturação física da Autoridade Central, em 2009, se concretizou com a instalação da Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional – CGCI – na nova sede do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, da Secretaria Nacional de Justiça – SNJ. Para tanto, foram providenciadas as instalações de rede e de telefonia, tendo também sido adquiridos mobiliário e equipamentos de informática, o que representou gasto anual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A CGCI/DRCI/SNJ, no exercício de sua atribuição de Autoridade Central, trabalhou em aproximadamente 1.000 casos de cooperação jurídica em matéria de prestação de alimentos em 2009. Este trabalho resultou na análise e tramitação de aproximadamente 2.400 documentos.

	Pedidos Recebidos na CGCI (SAP)	Pedidos Recebidos Alimentos (SAP)
2005	1970	788
2006	2061	824
2007	2513	1005
2008	2070	828
2009	2405	962

Adicionalmente, e ainda com relação à estruturação física da Autoridade Central, foi iniciada a Reformulação do Sistema de Acompanhamento Processual, para que seja otimizada a tramitação interna e os respectivos registros, de modo a permitir o acompanhamento aprofundado dos pedidos e a produção rápida e confiável de dados estatísticos detalhados sobre a prestação internacional de alimentos. Nada obstante, em 2009, essa sub-ação não passou da fase de planejamento, face à falta de gestor que fizesse a ligação entre o DRCI e a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação deste Ministério - CGTI. Todavia, os contatos com a CGTI foram retomados em reunião ocorrida em 18 de fevereiro de 2010 nas dependências deste Departamento.

Quanto à estruturação qualitativa, trata-se da capacitação específica dos técnicos de cooperação jurídica internacional em matéria de alimentos. Nesse sentido, em 2009, a CGCI/DRCI/SNJ, se fez presente em Foros internacionais e em reuniões que tratam da cooperação jurídica internacional e da prestação internacional de alimentos.

A capacitação técnica adquirida com a participação nesses Foros e reuniões permite ao técnico “aplicador do direito” uma visão ampla e ao mesmo tempo aprofundada de questões de direito material e processual internacional, o que torna mais efetivo o trabalho prestado pela Autoridade Central.

Assim, a CGCI/DRCI/SNJ participou dos eventos abaixo descritos.

I- Reunião da Special Commission ocorrida na Haia, entre 02 e 12 de fevereiro de 2009, participação para discutir em perspectiva global a implementação das chamadas “Convenções Processuais” da Haia;

Em 2009 foi dado seguimento ao processo de internalização de três das “Convenções Processuais” da Haia, especificamente aquelas relacionadas à obtenção de provas, à comunicação de atos processuais e ao acesso à justiça. As Convenções sobre Provas e Acesso a Justiça entraram em 2009 em fase avançada na tramitação congressual, enquanto a Convenção sobre Citação, Intimação e Notificação foi objeto de estudos e negociações com o Ministério das Relações Exteriores para que seja encaminhada ao Congresso Nacional. Neste processo de internalização, a CGCI/DRCI/SNJ, respeitando suas competências, em 2009, exerceu papel fundamental de acompanhamento e promoção da ratificação, por meio da preparação de documentos concernentes às Convenções com a preparação de traduções, revisões e publicações.

II- Reunião da Special Commission ocorrida em novembro de 2009, onde houve a discussão da perspectiva global de implementação da Convenção sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família;

A Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para as Crianças e outros Membros da Família, cuja meta é promover a proteção da criança por meio de um processo de cobrança de pagamento de pensões alimentícias rápido e pouco custoso, é um documento moderno e preocupado com o dia-a-dia da cooperação jurídica internacional.

O texto incorpora várias metodologias já testadas em outras convenções da Haia, e dá às Autoridades Centrais um grande poder de coordenação do trabalho de aplicação da Convenção no âmbito interno.

Para o Brasil, a ratificação da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para as Crianças e outros Membros da Família será benéfica por ter caráter universal e ser capaz de alcançar um maior número de países signatários, além de representar um marco normativo importantíssimo para a cooperação jurídica internacional, tendo em conta a ampliação do escopo da cooperação e dos procedimentos disponíveis para a obtenção da prestação de alimentos. Em suma, a internalização brasileira do texto da Convenção permitirá o estabelecimento de procedimentos mais ágeis e efetivos para a obtenção de pensões alimentícias quando o devedor se encontrar em país diverso do credor.

Ainda no que pertine à estruturação qualitativa da Autoridade Central, representante da CGCI/DRCI/SNJ participou da Reunião da Conferência da Haia com relação aos temas envolvidos na Convenção sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e no Protocolo de Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, dando continuidade a participações anteriores. Destaca-se a participação nas Comissões Especiais de fevereiro e de novembro de 2009, e no grupo de trabalho formado para tratar de tema de implementação da supracitada Convenção.

A Comissão Especial de novembro de 2009 dedicou-se a divulgar os estágios de ratificação do instrumento e a deliberar sobre as ferramentas destinadas a facilitar sua aplicação. Naquela reunião, a delegação brasileira teve a oportunidade de demonstrar os avanços ocorridos no Brasil para a ratificação da Convenção, destacando-se o recurso orçamentário da Secretaria Nacional de Justiça para a implantação da Autoridade Central para a Prestação Internacional de Alimentos e a iniciativa da Secretaria em levar o tema de alimentos para discussão no âmbito do Mercosul.

Adicionalmente, focando a assinatura e a ratificação da Convenção e de seu Protocolo Adicional, 2009 foi um ano dedicado à preparação das versões traduzidas para o português desses instrumentos, como também à formação de grupo de estudo composto por acadêmicos de renome, com função de subsidiar a CGCI/DRCI/SNJ acerca de possíveis reservas e declarações a serem feitas quando da assinatura ou ratificação daqueles instrumentos.

Assim, como resultado em 2009, a CGCI/DRCI/SNJ trabalhou arduamente para viabilizar a assinatura e a ratificação da Convenção sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e no Protocolo de Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos.

Sua atuação se deu não somente por meio da participação nas reuniões da Comissão Especial ocorridas no âmbito da Conferência da Haia, como também por meio da preparação de documentos base que viabilizam a assinatura e ratificação da Convenção. Ressalta-se, ainda a formação do Grupo de estudo, visando a produção de Relatório para subsidiar a indicação de possíveis reservas e declarações ao texto negociado.

É importante ressaltar que os trabalhos relacionados às Convenções da Haia deverão ser continuados em 2010, visando à futura incorporação da Convenção ao direito pátrio, considerando as deliberações ocorridas na Comissão Especial da Haia ocorrida em novembro de 2009.

Ressalta-se ainda que, na esfera internacional, a CGCI/DRCI/SNJ vem promovendo a ratificação da Convenção da Haia no âmbito do MERCOSUL e da Organização dos Estados Americanos – OEA, trabalho feito durante as reuniões da Comissão Técnica da XXXI Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados e na Reunião de Ministros da Justiça ou outros Ministros ou Procuradores Gerais das Américas – REMJA VIII.

III- Reuniões preparatórias da Comissão Técnica da XXXI Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados, ocorrida em 29 de maio de 2009.

A Coordenação-Geral participou das reuniões preparatórias da Comissão Técnica para a XXXI Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados, objetivando a promoção da ratificação da supracitada Convenção e seu Protocolo no âmbito do MERCOSUL.

Assim, como resultado de sua atuação em 2009, a CGCI/DRCI/SNJ, durante a reunião da Comissão Técnica, apresentou estudo sobre a execução da cooperação para a prestação internacional de alimentos, levando em conta os tratados em vigor e o advento da Convenção da Haia sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família, incentivando a adoção da Convenção da Haia.

IV- Reunião de Ministros da Justiça ou outros Ministros ou Procuradores Gerais das Américas – REMJA VIII.

No âmbito da OEA, 2009 foi o ano de negociações prévias e preparativos para a Reunião de Ministros da Justiça ou outros Ministros ou Procuradores Gerais das Américas – REMJA VIII, ocorrida em fevereiro de 2010, mas cujos textos foram negociados pelas áreas técnicas de cada país majoritariamente em 2009. O texto negociado incluiu menções à Convenção da Haia, como resultado de proposta neste sentido apresentada em 2009 pela CGCI/DRCI/SNJ.

Ainda como resultado, no âmbito da REMJA, a Coordenação-Geral assegurou a sua participação no Projeto Piloto de uma Rede sobre o assunto - Groove Alimentos, que está sendo desenvolvido pela OEA desde novembro de 2009, bem como iniciou em 2009 as negociações com vistas a aprovar a realização de Reunião Técnica que decidirá sobre a conveniência da criação de um Grupo de Trabalho sobre o assunto no seio da OEA, o que foi aprovado pela REMJA VIII.

V- Reunião Anual de Pontos de Contato da Iber-Red

A CGCI/DRCI/SNJ participou da reunião anual de pontos de contato da Iber-Rede ocorrida de 12 a 16 de maio 2009 em Santiago, Chile, e como resultado apresentou marco normativo e jurisprudencial relativo às medidas executórias internas da obrigação de prestar alimentos e marco legal e jurisprudencial brasileiro relativo à aplicação do conceito de ordem pública.

b) Principais Problemas:

Tendo em vista que a Ação é plurianual, com fim previsto para 2011, não se pode deixar de considerar que parcela de sua implementação já ocorreu e que permite a atuação da Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional – CGCI – como Autoridade Central em tema de prestação internacional de alimentos. Dessa forma, somente em 2009, a CGCI recebeu e analisou 2405 pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria civil. Destes, 962 casos foram em tema de alimentos, o que representa 40% dos casos recebidos na Coordenação-Geral. Ressalta-se que este trabalho resultou na tramitação de aproximadamente 6.000 documentos dentro da Coordenação-Geral.

Em fim, durante o ano de 2009, foram envidados os melhores esforços para que surtiram efeitos as solicitações de assistência jurídica recebidas. Contudo, não obstante todo o trabalho executado pela CGCI/DRCI/SNJ para o incremento da cooperação jurídica internacional como um todo, e especificamente para a cooperação em matéria de alimentos, salienta-se que a equipe desempenhou suas funções no limite de sua força de trabalho.

Assim, considerando que anualmente já há um aumento de aproximadamente 10% na entrada de pedidos de cooperação jurídica internacional, no momento em que o país internalizar os instrumentos de cooperação supramencionados haverá um aumento de trabalho superior ao que já é duramente suportado.

Portanto, se faz necessário o incremento do número recursos humanos lotados na Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional, de modo a que serviços públicos da relevância dos aqui mencionados continuem a ser prestados com a qualidade necessária, garantindo no território nacional o direito às pensões alimentícias que envolvam elementos trans-fronteiriços.

c) Contratações e Parcerias: Não ocorreu no período.

d) Transferências: Não ocorreu no período.

Ações do Pronasci

Ação 8857 – Apoio à implementação de Políticas de Segurança Cidadã

Sub-ação: PI 3006 N - Programa Nacional de Capacitação e treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD)

Dados Gerais da Ação

<i>Tipo da Ação</i>	<i>Atividade</i>
<i>Finalidade</i>	<i>Capacitar agentes públicos e privados em tipologias, metodologias e ferramentas tecnológicas para a prevenção e o combate à corrupção, lavagem de dinheiro o planejamento e execução de operações e investigações voltadas ao corte do fluxo financeiro das organizações criminosas e recuperação de ativos.</i>
<i>Descrição</i>	<i>Elaboração de pesquisa para conhecimento de experiências nacionais e internacionais em instituições semelhantes; Estruturação do local, da equipe, de equipamentos, gestão e divulgação do programa nacional de capacitação em prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; Estabelecimento de convênios com instituições de ensino, organismos internacionais e demais órgãos da administração. Aprimoramento da metodologia didática e de certificação de agentes, cursos, escolas; Recebimento das demandas por capacitação das regiões do PRONASCI; Planejamento e realização de cursos e eventos para capacitação de agentes públicos privados para a prevenção e o combate à corrupção e à, lavagem de dinheiro, bem como para o corte do fluxo financeiro das organizações criminosas e recuperação de ativos.</i>
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> <i>Coordenador nacional da ação</i>	<i>Ministério da Justiça</i> <i>Carlos Roberto Takao Yoshioka</i>

*Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:***Descrição da ação:**

A inclusão do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro no PRONASCI teve como objetivo a expansão do Programa para abranger a capacitação de autoridades policiais dos Estados, cujas instituições sofrem com a carência de recursos orçamentários e financeiros e, por outro lado, têm papel fundamental na persecução penal. A capacitação de autoridades policiais, que atuam no início das ações de persecução penal, tem sido fundamental para a alteração do foco das investigações que, antes do treinamento, estava voltado única e exclusivamente para a prisão dos criminosos, quando, para desestruturar a organização, é necessário retirar sua capacidade operacional, por meio da retirada de seus ativos. E, nesse sentido, a ação do PRONASCI, tem sido fundamental para a melhora nos resultados do combate à lavagem de dinheiro e à criminalidade. Os recursos têm sido utilizados para suportar despesas de organização de eventos, diárias e passagens para os palestrantes dos cursos e, nos casos em que o órgão policial sofra com limitações de recursos orçamentários e financeiros, diárias e passagens de participantes.

Resultados:

A capacitação de agentes públicos no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro tem produzido resultados altamente positivos para o Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, considerando que a quantidade de ativos bloqueados registrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), administrado pelo Conselho Nacional de Justiça, tem aumentado ano a ano e, em dezembro de 2009, contabilizou cerca de R\$ 1 bilhão de reais, bem como tem aumentado ano a ano a quantidade de ativos bloqueados no exterior, cuja estimativa atual é de cerca de US\$ 3 bilhões de dólares.

O PNLD também tem servido de instrumento para divulgação da necessidade de adoção de medidas preventivas contra a lavagem de dinheiro, bem como de padrões e melhores práticas internacionais sobre o tema.

O PNLD, desde a sua criação, proporcionou a capacitação de 6.131 agentes públicos. Em 2009, foram capacitados **1.681** agentes públicos, dentre os quais 523 com recursos do PRONASCI, tendo sido realizados 5 eventos, totalizando 152 horas-aula, ministradas gratuitamente por servidores de órgãos membros da ENCCLA, especialistas nos diversos assuntos que fazem parte do programa de capacitação.

UF	Curso	Local	Módulo	Agentes capacitados	Ano	Data Início	Data Fim	Duração (dias)	Carga horária
DF	Work shop LAB	Brasília	I	18	2009	10/03/09	12/03/09	3	20
SC	PC-SC	Florianópolis	I	173	2009	12/04/09	17/04/09	6	40
MA	PC-MA	São Luis	I	112	2009	24/08/09	28/08/09	5	40
SC	II CONCPC	Florianópolis	I	80	2009	23/09/09	25/09/09	3	36
SP	PC-SP	São Paulo	I	140	2009	19/10/09	21/10/09	3	16
TOTAL DE AGENTES CAPACITADOS em 2009				523					

c) Principais Problemas:

Os mesmos problemas enfrentados na Ação 2390 - Capacitação Técnica de Agentes em Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

d) Contratações e Parcerias:

Os cursos do PNLD são realizados, em geral, por solicitação de órgãos e entidades públicas federais, estaduais ou municipais. O solicitante, como regra geral, deverá arcar com todas as despesas de organização do evento, bem

como de diárias e passagens dos participantes. A Secretaria Executiva fica responsável somente pelas diárias e passagens dos palestrantes e de um ou dois coordenadores de evento que deverão se deslocar para prestar a necessária consultoria. Em alguns casos, é possível que as despesas sejam enquadradas em ações do PRONASCI, de forma que há possibilidade de os cursos correspondentes ser total ou parcialmente custeados por recursos de tal programa. A Secretaria Executiva do PNLD orienta o solicitante na definição do programa do curso, que pode ser montado a partir da escolha de um menu de disciplinas. Além disso, entra em contato com os palestrantes cadastrados ou com órgãos e entidades responsáveis pelos conteúdos das disciplinas para definir o conjunto de palestrantes que irão apresentar o conteúdo escolhido.

Ações do Pronasci

Ação 8857 – Apoio à implementação de Políticas de Segurança Cidadã

Sub-ação: PI 3006 O – Corte do Fluxo Financeiro do Crime Organizado

Dados Gerais da Ação

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade
<i>Finalidade</i>	Obtenção de provas no exterior para instrução de investigações e processos instaurados no Brasil relacionados a casos de organizações criminosas e corrupção e lavagem de dinheiro, bem como viabilizar a indisponibilização e a recuperação de ativos ilícitos destas organizações.
<i>Descrição</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Estreitamento da relação do Brasil com as autoridades estrangeiras responsáveis pela quebra de sigilo bancário e pelo bloqueio de ativos ilícitos, bem como pela política pública de recuperação de ativos; • Conscientização e capacitação das autoridades brasileiras responsáveis pela investigação, instrução processual e julgamento, bem como pela política pública de recuperação de ativos; • Acompanhamento de casos de recuperação de ativos no Brasil e no exterior; • Participação em foros internacionais relacionados à recuperação de ativos e ao combate à lavagem de dinheiro; • Colaboração com as ações das polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário das regiões do PRONASCI para recuperar ativos ilícitos; • Fornecimento de dados e conhecimento relacionados à recuperação de ativos e ao combate à lavagem de dinheiro para auxiliar a instrução de processos brasileiros; • Fornecimento de subsídios para gestão e alienação antecipada de ativos.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Ministério da Justiça
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Leonardo do Couto Ribeiro
<i>Unidades executoras</i>	Coordenação-Geral de Logística

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Principais Resultados: Em 2009 a Secretaria Nacional de Justiça realizou diversos eventos, destinados a aprimorar a cooperação jurídica internacional, a recuperação de ativos e o combate à lavagem de dinheiro. O quadro a seguir demonstra os eventos realizados nesse ano:

Evento	Agentes capacitados	Horas-aula
PNLDs (13)	1711	356
Workshop LAB-LD	18	20
Seminário sobre Cooperação Jurídica em matéria penal entre o Brasil e a Suíça	120	24
Lançamento do Manual de Cooperação Jurídica Internacional	30	12
Encontro de Diretores de Polícia Civil	27	36
Seminário de Extinção de Domínio	100	28
Total	2006	

Cooperação Jurídica Internacional – Publicações, Capacitação e Desenvolvimento da Produção Acadêmica

O Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional – Grotius Brasil foi instituído com o objetivo de: 1) incentivar e promover a capacitação de agentes públicos sobre a cooperação jurídica internacional (CJI); 2) fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica em temáticas relacionadas à CJI; e 3) viabilizar publicações, a partir dos resultados obtidos por meio da investigação científica no tema Cooperação Jurídica Internacional.

Merece também destaque a publicação, por parte da Secretaria Nacional de Justiça, dos manuais de cooperação jurídica internacional em matérias civil e penal. Esses manuais difundem as melhores práticas e divulgam o conhecimento acumulado pelos técnicos da área, com o fim de aprimorar os resultados da cooperação jurídica internacional solicitada e prestada pelo Brasil.

b) Principais Problemas: equipe reduzida

c) Contratações e Parcerias: Não ocorreu no período

d) Transferências: Não ocorreu no período

Ação 8218 - Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Agregar valor à prova obtida por autoridades competentes em casos de crime organizado, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos.
Descrição	Organização do material probatório recebido da autoridade competente, visando agregar valor na qualidade da informação, empregando tecnologia avançada pelo Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Lab-LD).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Alciomar Goersch
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Logística

Principais Resultados:

Licitações da Copa 2014 - 2009

- O LAB em instalação no Rio de Janeiro, já operando de forma parcial, obteve resultados expressivos em investigação de esquema de corrupção e malversação de verbas públicas nas licitações em curso para a Copa do Mundo de 2014.

Operação Baiana - em curso

- Encontra-se em curso, no LAB.LD da SNJ, análise de grande volume de informações de quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico de uma organização criminosa que operou no estado da Bahia, com envolvimento de empresa pública estadual.

SOLICITAÇÃO DE NOVOS CONVÊNIOS

Abrangência: 14 (quatorze) UFs

ITEM	UF	ÓRGÃO
01	AC	Secretaria de Segurança Pública
02	AL	Secretaria de Segurança Pública
03	AM	Secretaria de Segurança Pública
04	CE	Ministério Público Estadual
05	DF	Secretaria da Receita Federal
06	DF	Procuradoria Geral da República
07	DF	Secretaria de Segurança Pública
08	ES	Secretaria de Segurança Pública
09	ES	Ministério Público Estadual
10	MA	Ministério Público Estadual
11	PA	Secretaria de Segurança Pública
12	PE	Secretaria de Segurança Pública
13	PI	Secretaria de Segurança Pública
14	PR	Ministério Público Estadual
15	RO	Secretaria de Segurança Pública
16	RS	Secretaria de Segurança Pública
17	RS	Ministério Público Federal
18	SC	Secretaria de Segurança Pública
19	TO	Secretaria de Segurança Pública
20	TO	Ministério Público Estadual

b) Principais Problemas:

c) Contratações e Parcerias:

CONVÊNIOS ASSINADOS

Laboratórios em instalação

Abrangência: 11 (onze) UFs e 16 órgãos

ITEM	UF	ÓRGÃO
01	BA*	Ministério Público
02	BA	Polícia Civil
03	DF	Ministério Público
04	DF	Departamento de Polícia Federal
05	RJ	Ministério Público

06	RJ	Polícia Civil
07	RS	Ministério Público
08	SP	Ministério Público
09	SP	Polícia Civil
10	GO	Ministério Público
11	MG	Ministério Público
12	MG	Polícia Civil

(*) 'Centro de Referência Regional' que atenderá as mesmas instituições em mais 04 (quatro) estados da região nordeste (AL, PB, RN e SE), será o **LAB.NE**.

d) **Transferências:** Não ocorreu no período

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Maria do Carmo Rodrigues Macedo
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Logística

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Principais Resultados:

Resultados relacionados a atividade-meio da unidade, destinados a suprir as necessidades e atender demandas para o bom desenvolvimento da atividade-fim (logística operacional; recursos humanos; aprendizado, treinamento e capacitação; saúde ocupacional; patrimônio; serviços gerais; terceirização de serviços; contratação de consultoria, adesão à programas de estágio; telecomunicações; tecnologia da informação; suprimento de bens e serviços; obras e instalações em geral, representação de dirigentes; assessoramento técnico e assistência administrativa); Essa Ação Subsídia custos administrativos da unidade, com despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. Agrega despesas administrativas com as atividades meio, necessárias à gestão e administração da unidade.

Pagamentos de diáris e passagens para servidores participarem de negociações de acordos internacionais, congressos, seminários e solenidades de psse de autoridades em cargos públicos'

b) Principais Problemas:

O Valor liberado para o exercício em questão não foi suficiente para atender as demandas desta Secretaria.

c) Contratações e Parcerias:

Acordo de Cooperação Técnica entre o MJ por meio da SNJ e o Estado da Bahia para o Desenvolvimento de Projetos e Atividades de interesse comum com vistas à realização do 12º das Nações Unidas sobre prevenção ao Crime e Justiça Criminal.

d) Transferências:

Não ocorreu no período

Ação 2328 – Capacitação de agentes nas áreas de Justiça e Cidadania

Dados gerais da ação

Tipo	<i>Finalística – Ação orçamentária</i>
Finalidade	<i>Capacitar e formar atores envolvidos direta ou indiretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva dos direitos humanos.</i>
Descrição	<i>Elaboração ou coordenação de diagnósticos e levantamento de necessidade de treinamento de agentes públicos e privado; formação de um banco de instrutores professores qualificados nos temas; formatação de eventos com local, data, carga horária, público alvo, programação, conteúdo didático; divulgação dos eventos de capacitação, junto aos públicos-alvo; inscrição dos participantes, elaboração de material didático; realização de eventos de capacitação, com registro das divulgações e convites, conformação de inscrições, controle de frequência e carga horária, além de pesquisas e estudos com egressos dos eventos para verificação da qualidade de efetividade das capacitações.</i>
Unidade responsável pelas Decisões estratégicas	<i>Ministério da Justiça</i>
Coordenador nacional da ação	<i>Maria do Carmo R. Macedo</i>
Unidades executoras	<i>Secretaria Nacional de Justiça</i>

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Principais Resultados:

Realização de eventos e participação de servidores em cursos de Capacitação e sensibilização de agentes públicos com o objetivo de preparar operadores de Direito e outros agentes públicos e privados para realizar atividades que gerem impactos positivos nos temas de Justiça e Cidadania sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça, como nas questões ligadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, à migração internacional, e à cooperação Internacional, dentro os quais destacam-se:

Workshop “Atualização de Conhecimentos dos Atendentes da Central de Atendimento da Secretaria Nacional de Justiça”, realizado na cidade de Pirinópolis/GO, nos dias 24 e 25 de janeiro de 2009;

Oficina de Implantação do GESPÚBLICA, realizada em Brasília, no período de 08 a 10 de outubro de 2009;

b) Principais Problemas: Não ocorreu no período

c) Contratações e Parcerias: Não ocorreu no período

d) Transferências: Não ocorreu no período

Ação 8198 - Produção e Disseminação de Informações, Estudos e Pesquisas.

Dados gerais da ação

Tipo	<i>Ação Orçamentária</i>
Finalidade	<i>Produzir e disseminar informações, estudos e pesquisas com vistas a fornecer subsídios para o planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação da efetividade de políticas públicas e serviços ligados aos temas de Justiça e Cidadania sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça.</i>
Descrição	<i>Produção e/ou coleta de informações, por meio de pesquisas, estudos, grupos de trabalho, mineração de dados, entre outras formas de produção e coleta; formatação dos conteúdos produzidos e/ou coletados na forma de material impresso (livros, revistas, periódicos, folhetos, cartazes, entre outros) e eletrônico (boletins, CD's, bancos de dados, sites, entre outros formatos); e disseminação dos conteúdos formatados, por meio de publicações, veiculações em mídia, distribuição de material gráfico impresso e eletrônico (malas-direta físicas e eletrônicas, inserção em material de eventos, divulgação dos sites), eventos (seminários, palestras, simpósios, mesas-redondas, entre outros tipos de eventos); criação de prêmio para trabalhos acadêmicos ou experiências exitosas relacionadas à área de justiça e cidadania; e definição de estratégias de incorporação dos resultados obtidos nas políticas públicas setoriais.</i>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	<i>Ministério da Justiça</i>
Coordenador nacional da ação	<i>Maria do Carmo Rodrigues Macedo</i>
Unidades executoras	<i>Secretaria Nacional de Justiça</i>

Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

Principais Resultados:

Em relação aos principais resultados, essa ação *produziu e coletou informações, estudos e pesquisas pelas equipes setoriais da Secretaria e/ou estabeleceu diversos acordos de cooperação técnica, ajustes, projetos de cooperação técnica internacional e outros instrumentos de parceria com instituições públicas e privadas para as atividades necessárias às etapas de coleta formatação e disseminação das informações. com vistas a fornecer subsídios para o planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação da efetividade de políticas públicas e serviços ligados aos temas de Justiça e Cidadania sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça.*

b) Principais Problemas:

Não foram detectados problemas para a execução dessa ação.

c) Contratações e Parcerias:

Foram celebrados Acordos de Coopeção Técnica entre a SNJ e órgãos públicos, que contribuíram para incrementar organizar e disseminar as informações que possam subsidiar a formulação das ações do poder público referentes aos temas afetos a Secretaria Nacional de Justiça, dentre os quais destacam-se:

Protocolo de Intenções celebrado entre a SNJ e o ILANUD;

Acordo de Cooperação Técnica entre a SNJ e a Secretaria de Direitos Humanos da cidade de São Paulo (CMDH), objetivando Capacitação de atendentes dos Telecetros, palestras de capacitação ministradas por servidores da SNJ, para habilitação de servidores e colaboradores da CMDH e para atendentes do Governo do Estado de São Paulo.

Acordo de Cooperação Técnica entre a SNJ e o Arquivo Nacional, para organização e informatização dos autos de processos inerentes à nacionalidade que se encontram em posse do Arquivo Nacional;

Acordo de Cooperação Técnica entre o MJ por meio da SNJ e o Estado da Bahia para o Desenvolvimento de Projetos e Atividades de omteresse comum com vistas à realização do 12º das Nações Unidas sobre prevenção ao Crime e Justiça Criminal

Termo de Cooperação celebrado entre a SNJ e o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, para fins de estabelecimento de parceria em atividades de ensino, pesquisa e extensão

d) Transferências: Não ocorreu no período

Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional

Tipo da Ação	<i>Direta</i>
Finalidade	<i>Estabelecer e aprimorar relações de cooperação internacional, bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e demais autoridades competentes.</i>
Descrição	<i>Negociação e promoção da adesão a acordos de cooperação internacional.</i>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	<i>Secretaria Nacional de Justiça</i>
Coordenador nacional da ação	<i>Maria do Carmo Rodrigues Macedo</i>
Unidades executoras	<i>Departamento de Estrangeiros</i>

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional tem como objetivo fortalecer e aprimorar a cooperação jurídica internacional por meio de instrumentos que tornem mais eficientes e eficazes a atuação de agentes públicos, visando a que as fronteiras não sejam barreiras aos limites da justiça e resultem em impunidades.

Por meio da referida Ação, tem sido negociados mais e mais instrumentos e foi possível estabelecer mecanismos simplificadores, tornando cada vez mais ágeis as cooperações entre os países.

Somente no ano de 2009, foi possível a negociação de 16 acordos:

(1) Acordo bilateral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal com a República Federal da Alemanha: as negociações, iniciadas em 2005, finalizaram em abril passado na cidade de Berlim.

(2) Acordo bilateral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal com a República da Turquia: as negociações com a Turquia iniciaram-se em dezembro de 2005 e finalizaram em junho passado, na cidade Ancara, Turquia.

(3) *Acordo bilateral de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil com a República Popular da China: a Embaixada brasileira em Pequim apresentou texto-modelo brasileiro às autoridades chinesas em julho de 2008. O texto do acordo foi fechado em negociação presencial ocorrida em maio de 2009, em Brasília.*

(4) *Acordo Bilateral de Extradução com a Áustria: negociação iniciada em 2008 com continuidade em 2009;*

(5) *O Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com a Bélgica foi finalizado em 2009 e o texto seguirá para aprovação legislativa;*

(6) *O Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com Benin foi negociado durante todo o ano de 2009, mas o texto ainda não foi finalizado;*

(7) *Acordo "Working Holiday" com a Dinamarca foi negociado, mas ainda não há texto definitivo;*

(8) *Acordo "Working Holiday" com a Suíça também foi negociado, mas ainda não há texto definitivo;*

(9) *Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com a França: negociações iniciadas em 2008, ainda depende de consenso em relação às medidas de clemência;*

(10) *Acordo de Extradução com a Grécia foi assinado em Atenas, Grécia, em 03.04.2009;*

(11) *Acordo de Extradução com Israel foi assinado em 18.11.2009;*

(12) *Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com Israel cujas negociações estão sendo ultimadas para breve assinatura;*

(13) *Memorando de Entendimento com o México de Cooperação para a Prevenção e Repressão do Tráfico de Pessoas e de Migrantes texto em fase final de negociação;*

(14) *A negociação de Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com a Nigéria foi iniciada em 2008 e teve seguimento durante o ano de 2009, não havendo, porém, texto final;*

(15) *Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas com a Turquia: as negociações estão em fase final, mas não há, porém, texto definitivo;*

(16) *Acordo de Extradução com a Turquia: igualmente ao de Transferência de Pessoas Condenadas, as negociações estão em fase final, mas não há, porém, texto definitivo.*

b) Principais Problemas:

Relativamente à Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional, a dificuldade encontrada diz respeito apenas à dependência de posicionamento por parte de outros Governos para a finalização de textos. Ademais disto, não foram identificados problemas em sua execução.

c) Contratações e Parcerias:

Não ocorreu no período..

d) Transferências:

Não ocorreu no período.

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Com referência à Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional, a unidade responsável por sua condução é o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, enquanto o Coordenador Nacional é a Sra. Maria do Carmo Rodrigues Macedo..

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Com referência à Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional, durante o exercício de 2009, foi possível superar a meta física de 11 acordos negociados, atingindo 16, tendo em vista que algumas negociações foram realizadas por meio de Notas Diplomáticas, que não geraram ônus no âmbito desta Ação. Isso nem sempre ocorre, pois muitas vezes os ordenamentos jurídicos internos são muito distintos, e uma harmonização destes requer muitas tratativas e consultas internas.

d) Desempenho Operacional

I. Evolução das receitas e despesas

No ano de 2009, **Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional**, com meta reduzida de 11 acordos negociados, comparativamente à 2008 - que previa como meta 26 acordos-, o orçamento de R\$ 115.699,00 foi executado sem dificuldades.

Ressalte-se que não há como se prever exatamente quanto orçamento será necessário para execução na íntegra de todas as negociações que serão realizadas no exercício, em razão da dependência de posicionamento de outros países. Ademais, tem-se como variantes, para o caso de negociação presencial em outro país, os custos de passagens e diárias de técnicos para representar o Governo brasileiro em temas de Cooperação Jurídica Internacional que tem a Secretaria Nacional de Justiça como Autoridade Central no tema.

II. Indicadores de desempenho

Não existem indicadores para o Programa 1413, mas somente em cada ação.

Quanto aos indicadores de desempenho para a **Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional**, estes são mensurados por quantitativo de Acordos negociados e estão em consonância com o objetivo da ação, e são passíveis de rápida aferição.

III. Análise do desempenho

O desempenho do Programa 1413, pode ser avaliado como muito bom, mesmo sem indicadores para sua mensuração, à medida em que a missão institucional e os objetivos da Unidade vinculada foram atingidos.

Analisando individualmente as ações, a **Ação 2330 – Negociação de Acordos de Cooperação Internacional** apresentou bom desempenho no exercício 2009 à medida em que foi possível o atingimento da meta, sem deixar de atender à nenhuma demanda de outro Governo. Além disso, a cada dia, através da ampliação das negociações, os instrumentos já existentes tem sido implementados de forma mais eficiente.

2. Dados Gerais da Ação -

Ação 8972 – Apoio a Albergues para Refugiados

Tipo da Ação	Direta e Descentralizada
Finalidade	Apoiar projetos de instalação e manutenção de albergues para atendimento e acolhimento a refugiados.
Descrição	Apoio a projetos de construção de unidades habitacionais coletivas; acolhimento temporário de refugiados; custeio de suas necessidades básicas, no que diz respeito à alimentação e vestuário; aquisição de móveis e imóveis; aquisição de bens permanente; contratação de serviços; repasse de recursos financeiros a organizações não governamentais, organismos internacionais, governo federal, estadual ou municipal, além de outras organizações parceiras.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Justiça
Coordenador nacional da ação	Izabela Barbosa Miguel
Unidades executoras	Departamento de Estrangeiros

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A **Ação 8972 – Apoio a Albergues para Refugiados** tem como objetivo apoiar os Refugiados e solicitantes de Refúgios prestando-lhes a assistência necessária para atender às suas necessidades básicas, fortalecendo, assim, sua capacidade de auto-suficiência.

Sua execução se dá por meio de repasse de recursos para custear gastos com moradia, alimentação, higiene pessoal, vestuário, material de consumo, material permanente e equipamentos, transporte urbano, educação e assistências social, jurídica, psicológica, odontológica e médica.

Desde sua implementação com a Lei 9.474, de 1997, um dos grandes desafios do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE era o de conseguir prover recursos específicos para o acolhimento de solicitantes de refúgio e refugiados, o que efetivamente ocorreu em 2004, a partir da introdução de ação no PPA.. Desde de então, o Governo brasileiro vem promovendo destaques orçamentários para repasse à entidades que lidam diretamente com refugiados e tem sua expertise reconhecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur. Somente assim, é possível que tais Instituições continuem auxiliando diretamente os refugiados com os Programas já iniciados, e os estrangeiros em situação de vulnerabilidade, solicitante de refúgio ou já reconhecidos como refugiados possam ter sua integração à sociedade de forma mais facilitada.

O número de refugiados no Brasil vem aumentando gradativamente, passando de 2.884 em 2002 para 4.261 em dezembro de 2009, dos quais 3.843 foram reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade.

Em corroboração ao caráter humanitário do refúgio, o quantitativo de refugiados reassentados no Brasil, também cresceu consideravelmente, eis que em 2002, ano em que o Brasil recebeu o primeiro grupo de reassentados, foram recebidos 23 afegãos. Atualmente, em dezembro de 2009, com a chegada de muitos palestinos, passamos para 418 reassentados.

Até o ano de 2007 somente duas instituições eram capacitadas a celebrar convênio com o Governo brasileiro, a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo que em 2008 mais uma instituição não-governamental passou a fazer parte desse rol: o Instituto de Migrações e Direitos Humanos – IMDH.

No entanto, para o orçamento que seria disponibilizado para o exercício 2009, houve emenda supressiva, reduzido de R\$ 628.000 (2008) para apenas R\$ 338.196,00.

b) Principais Problemas:

Com referência à Ação 8972 – Apoio a Albergues para Refugiados, temos que a partir da implementação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, foram identificadas falhas que atrasaram a inserção e processamento das informações, e, conseqüentemente, demandaram o envolvimento de mais funcionários, ainda que escassos os recursos humanos da Unidade executora, além de prejudicar o calendário inicialmente previsto para execução da ação. Ainda que finalizado o exercício, ainda existem dúvidas e erros de sistema não esclarecidos, mas espera-se que os contatos com os gestores do SICONV brevemente ponham termo à estas questões, visando a que o sistema alcance sua finalidade, que é a agilização e transparência nos convênios e contratos de repasse.

c) Contratações e Parcerias:

Convênios celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça, representado pela Secretaria Executiva e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e a do Rio de Janeiro, tendo como objeto a execução do projeto: “acolhida a refugiados (as) e solicitantes de refúgio”.

d) Transferências:

Por meio de Convênio assinado com a Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo, foi transferido o valor de R\$ 169.098,00, por meio da Nota de Empenho 2009 NE 902857, realizada em 11/12/2009, cujo repasse no SICONV está previsto para o mês de março. A celebração de convênio realizou-se em 20/01/2009, tendo como vigência 20/01/2009 a 20/07/2009 (6 meses).

Em Convênio assinado com 20/01/2009, com vigência de 5 meses, para o período de 20/01/2009 a 20/06/2009, foi transferido o valor de R\$ 169.098,00, conforme Nota de Empenho 2009 NE 902858 assinada em 11/12/2009, com repasse no SICONV previsto para o mês de março.

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Com referência à **Ação 8972 – Apoio a Albergues para Refugiados**, a unidade responsável por sua condução é a Coordenação-Geral de Assuntos de Refugiados, vinculada ao Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Com uma redução de quase 50% do orçamento previsto - comparado ao ano exercício de 2008 - restou inviável o atendimento da meta física de 03 projetos apoiados, só sendo possível atender, muito reduzidamente, a 02 projetos. A redução ocorreu em razão de emenda parlamentar supressiva, e em razão do atraso na disponibilização do orçamento no exercício 2009, não foi possível reverter a Emenda, apresentando os elementos humanitários da ação e seus resultados ao longo destes 05 anos.

d) Desempenho Operacional

I. Evolução das receitas e despesas

Sobre a **Ação 8972 – Apoio a Albergues para Refugiados**, a evolução das receitas e despesas, sofreu alterações significativas. No ano de 2007, com orçamento aprovado na LOA de R\$ 628.000,00, foi recebida para o exercício uma Emenda parlamentar de outros R\$ 400.000,00, possibilitando, com um orçamento de 1.028.000,00 foi possível promover satisfatoriamente à humanização dos refugiados, para facilitar a integração destes à sociedade.

Para o ano de 2008, o orçamento contou apenas com os R\$ 628.000,00 previstos na LOA, em razão da demora na disponibilização do orçamento, dificultando pleitos de Emenda Parlamentar. Em 2009, também houveram atrasos na aprovação do orçamento, mas, contrário sensu, restou o que restou prejudicado foi eventual pedido de revisão da emenda Supressiva aprovada, que acabou por reduzir o orçamento para apenas R\$ 338.196,00, impactando diretamente no não atingimento da meta de três projetos apoiados, como previsto inicialmente.

II. Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho para a **Ação 8872 – Apoio a Albergues para Refugiados** foram revistos no decorrer do PPA 2004-2007 e hoje encontram-se amoldados à necessidade e demanda. O não atingimento das metas previstas para o exercício 2009 se deu em razão de Emenda Parlamentar Supressiva que reduziu em quase metade o valor anteriormente previsto, sem, contudo, alterar a meta.

III. Análise do desempenho

Durante o exercício 2009, a **Ação 8972 – Apoio a Albergues para Refugiados**, não se mostrou eficiente à medida em que a Emenda Supressiva prejudicou, em muito, que se alcançasse o fim a que se destina a Ação, eis que como se pode verificar pela evolução das despesas tornou-se um desafio o atingimento das metas. Ademais, algumas dificuldades foram enfrentadas em razão de implementação do Sistema Siconv, o que implicou em atrasos na execução da Ação. Ademais disto, a Ação mostra-se fundamental para o Governo brasileiro promover uma ajudar aos solicitantes de refúgio e refugiados, eis que se tratam de pessoas que já tiveram seus direitos fundamentais violados das formas mais cruéis, indo de encontro a todos os princípios de direitos humanos assumidos por vários países no mundo.

2. Dados Gerais da Ação

Ação 6436 – Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos

Tipo da Ação	Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos
Finalidade	Analisar, informar e monitorar diversões e espetáculos públicos, quanto as faixas etárias a que não se recomendam, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.
Descrição	Classificação indicativa de obras audiovisuais, jogos eletrônicos e de interpretação (RPG) no que se refere as faixas etárias, horários de funcionamento e veiculação permitida para cada produto.

	Monitoramento da veiculação dos programas de televisão para verificar se a classificação indicativa está sendo respeitada.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça (DEJUS/SNJ/MJ)
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Gustavo Camilo Baptista
<i>Unidades executoras</i>	DEJUS/SNJ/MJ

2. Dados Gerais da Ação

Ação 2735 – Cadastro Nacional de Entidades Sociais

<i>Tipo da Ação</i>	Cadastro Nacional de Entidades Sociais
<i>Finalidade</i>	Aumentar a transparência das atividades das entidades sem fins lucrativos qualificadas e tituladas pelo Ministério da Justiça, e que recebem recursos públicos, por meio do Cadastro Nacional de Entidades Sociais do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) – www.mj.gov.br/cnes
<i>Descrição</i>	Mapeamento de entidades sociais de interesse público e demais entidades que tenham interesse em firmar parcerias (convênios, subsídios, subvenções diretas e indiretas, etc.) com a União, estados ou municípios, por meio da elaboração e atualização do Cadastro Nacional de Entidades - CNEs. Os estados e municípios vinculados ao Cadastro, por termo de convênio, por um lado, receberão informações sobre a regularidade de entidades sociais, e por outro, prestarão informações à União sobre a utilização de recursos públicos federais repassados. Reconhecimento de entidades sem fins lucrativos que prestam relevantes serviços à sociedade por meio da concessão do título de Utilidade Pública Federal - UPF ou por meio da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Cancelamento da qualificação como OSCIP e cassação do título de UPF. Emissão e cassação da autorização para funcionamento de organizações estrangeiras no Brasil.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Coordenação de Entidades Sociais, do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça (COESO/DEJUS/SNJ/MJ)
<i>Coordenador nacional da ação</i>	Andrea Aiolfi (até junho de 2009)
<i>Unidades executoras</i>	DEJUS/SNJ/MJ

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Plano Interno (PI) - 175 CP – CLASSIFICAÇÃO DE DIVERSÕES E ESPETÁCULOS PÚBLICOS (Coordenação de Classificação Indicativa do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação)

As principais realizações nesta ação do **Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça**, no exercício de 2009, foram a realização, em janeiro de 2009, do projeto piloto de curso extracurricular para despertar o olhar crítico sobre a mídia em jovens vivendo em áreas de risco. Foi a **Oficina de Mídia e Cidadania**. Com o sucesso do curso é prevista, para 2010, a ampliação do projeto nas regiões priorizadas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci.

Para dirimir eventuais dúvidas e deixar ainda mais claro o processo da Classificação Indicativa de programas de televisão e filmes, representantes de emissoras de televisão nacionais, da associação de roteiristas e órgãos governamentais com competências afins participaram da **Oficina para Emissoras de Televisão de Canal Aberto**. Os

participantes aprenderam, na prática, como é feita a classificação de obras audiovisuais. Como resultado, mais eficácia e efetividade na autoclassificação atribuída pelas emissoras, com o índice de homologação pelo Ministério da Justiça ultrapassando 90%.

Em novembro de 2009, houve a realização do **I Seminário Internacional da Classificação Indicativa**. Com uma programação atrativa e convidados de renome nacional e internacional, o evento fomentou o debate sobre a mídia e o desenvolvimento infanto-juvenil; favoreceu a troca de experiências internacionais bem sucedidas sobre a regulação de conteúdo audiovisual e a implementação de políticas públicas exitosas realizadas em outros países, tal como educação para mídia; estimulou reflexões sobre a classificação indicativa e as novas mídias; e envolveu a comunidade acadêmica na geração de conhecimento sobre o tema.

Com base em **duas pesquisas inéditas**, realizadas em 2008, a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça foi capaz de avaliar a eficácia, eficiência e efetividade da política pública de Classificação Indicativa. Os estudos resultaram em duas publicações: a cartilha “**A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais**” e o livreto sobre a análise da pesquisa **Radiodifusão de Conteúdo Inadequado: a Classificação Indicativa e os Direitos Humanos**. Com os dados obtidos, verificou-se a necessidade das informações sobre a classificação indicativa serem ampliadas e dirigidas. Para tanto, foram produzidas e distribuídas em cinemas, videolocadoras e escolas, 530 mil exemplares da cartilha “**Classificação Indicativa – Informação e Liberdade de Escolha**”. Também foram produzidos e distribuídos **cartazes atrativos** com as recomendações da classificação indicativa, com o *slogan* “Não se engane. Tem coisas que seu filho não está preparado para assistir”.

O Brasil, por meio do DEJUS/SNJ/MJ também foi incluído numa **pesquisa latino-americana** para avaliar o conteúdo de programas infantis exibidos pela tevês abertas e à cabo. O estudo, encabeçado pelo Chile, está previsto para ser lançado em 2010. Em visita ao nosso País, os responsáveis chilenos pela pesquisa estiveram na SNJ para ministrar palestra sobre os métodos e a estrutura de classificação indicativa naquele País e capacitar a equipe da Secretaria para aplicação da pesquisa.

Com a implementação da **Sala de Tecnologia da Informação e Comunicação**, a capacidade de monitoramento de obras audiovisuais, jogos eletrônicos e de interpretação foi aumentada. Ao todo, 10.691 produtos foram classificados; sendo 9.870 obras audiovisuais, 435 jogos eletrônicos, 12 jogos de RPG e 294 classificações diversas.

É parte dos planos e projetos para o exercício de 2010 **ampliar a campanha da Classificação Indicativa** - iniciada com os cartazes – com a produção e distribuição de filmetes para veiculação em cinemas e televisão, *displays* e panfletos; realizar mais duas **oficinas para produtoras e distribuidoras de obras audiovisuais**, nos moldes da realizada em 2009; dar **seguimento à pesquisa latino-americana** sobre programação televisiva iniciada com o Chile; e **começar nova pesquisa latino-americana** sobre programação televisiva voltada para o público infantil, desta vez junto às canais de televisão abertos.

Por fim, em janeiro de 2010 foi apresentada, a pedido do Ministério Público Federal, uma **pesquisa sobre o merchandising infantil** durante o período de festas e férias. A pesquisa foi finalizada e disponibilizada ao MPF para providências necessárias.

Plano Interno (PI) - 175 CE – CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES (Coordenação de Entidades Sociais do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação)

No âmbito da titulação e qualificação de entidades sociais, em 2009 ampliou-se a transparência em relação a essas organizações, pois houve um significativo aumento no número de prestação de contas eletrônica das entidades com título de Utilidade Pública Federal (UPF). A **Certidão de Regularidade expedida pelo Cadastro Nacional de Entidades (CNEs/MJ)** – www.mj.gov.br/cnes agilizou e qualificou o serviço prestado às entidades sociais.

Informações como: (a) fontes e modo de utilização de recursos públicos e privados; (b) atividades desenvolvidas; (c) qualificação dos dirigentes; (d) avaliação da inserção social na comunidade onde atua, estão disponíveis a qualquer cidadão (www.mj.gov.br/CNEsPublico) independentemente de senha ou de cadastramento prévio.

O **recadastramento das organizações estrangeiras** privadas sem fins lucrativos autorizadas a funcionar no Brasil proporcionou a qualificação das informações e o aperfeiçoamento do controle e da transparência das atividades destas entidades no País.

A realização do **Seminário Terceiro Setor – Cenários e Desafios**, fomentou o debate sobre as normas atinentes às organizações não governamentais e suas relações com o poder público. Além de promover este debate, a Secretaria Nacional de Justiça participou de outros **fóruns de discussão** promovidos por entidades representativas e de classe, acerca de propostas de regulamentação de um Estatuto Jurídico do Terceiro Setor.

A fim de fornecer subsídios mais qualificados ao terceiro setor, foi elaborado, publicado e distribuído o **Guia Prático para Entidades Sociais**. A publicação traz informações precisas e objetivas sobre os questionamentos mais frequentes acerca das titulações, qualificações e prestações de contas de entidades sociais cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNEs/MJ.

A finalização da **implantação dos sistemas gerenciais do Cadastro Nacional de Entidades Sociais do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) e da Classificação Indicativa** irá permitir melhor manejo das informações obtidas, além da possibilidade de acesso adequada dessas informações via *Internet*. No caso do CNEs/MJ, a implementação do sistema gerencial irá **incrementar a interoperabilidade do sistema** com outros órgãos.

Um **mapeamento nacional de entidades sociais** e o desenvolvimento de **publicação específica para organizações estrangeiras** também estão nos projetos previstos para 2010.

b) Principais Problemas:

Plano Interno (PI) - 175 CP – CLASSIFICAÇÃO DE DIVERSÕES E ESPETÁCULOS PÚBLICOS (Coordenação de Classificação Indicativa do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação)

Não houve problemas referentes à execução orçamentária.

Plano Intrno (PI) - 175 CE – CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES (Coordenação de Entidades Sociais do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação)

Não foi necessário utilizar o recurso orçamentário total destinado à ação para atingir à demanda das entidades sociais para qualificação e titulação.

c) Contratações e Parcerias:

Plano Interno (PI) -175 CP – CLASSIFICAÇÃO DE DIVERSÕES E ESPETÁCULOS PÚBLICOS (Coordenação de Classificação Indicativa do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação)

As principais contratações realizadas pela Coordenação de Classificação Indicativa, do DEJUS/SNJ/MJ incluíram:

- aquisição de um scanner no valor de R\$ 336,00;
- aquisição de 3 (três) impressoras do tipo Multifuncional Mono, empenhado no valor de R\$ 1.654,00, totalizando R\$ 4.962,00;
- aquisição de 4 (quatro) televisores no valor de R\$ 1.500,00, totalizando R\$ 6.000,00;
- aquisição de 16 (dezesesseis) *no-breaks* totalizando R\$ 89.399,00;
- aquisição de 500 (quinhentos) *mouses pads*, no valor de R\$ 13,80, totalizando R\$ 6.900,00;
- aquisição de 1.000 (um mil) mídias de mini DVD e capas de DVD e CD no valor de R\$ 7,72, totalizando R\$ 7.715,00;
- aquisição de 16 (dezesesseis) baterias extras para *no-break*, no valor de R\$ 3.406,25 , totalizando R\$ 54.500,00;
- aquisição de 6 (seis) *transcoders* PAL-M p/ NTSC no valor de R\$ 220,00, totalizando R\$ 1.320,00;
- realização da Oficina de Classificação Indicativa, no valor de R\$ 35.367,37;
- impressão da 2ª edição da cartilha Classificação Indicativa e Liberdade de Escolha, no valor de R\$ 60.883,00;
- confecção de cartazes “Não se engane. Tem coisas que seu filho não está preparado para ver” no valor de R\$ 18.093,00;

- realização do I Seminário Internacional de Classificação Indicativa, no valor de R\$ 71.619,00;
- confecção da 3ª edição da cartilha Classificação Indicativa e Liberdade de Escolha, no valor de R\$ 99.850,00.

Plano Interno (PI) - 175 CE – CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES (Coordenação de Entidades Sociais do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação)

As contratações da COESO/DEJUS/SNJ/MJ englobaram a aquisição de cadeiras para o departamento, no valor de R\$ 59.802,60; e do Seminário do Terceiro Setor, no valor de R\$ 119.972,09.

d) Transferências: não ocorreu no período

Plano Interno (PI) -175 CP – CLASSIFICAÇÃO DE DIVERSÕES E ESPETÁCULOS PÚBLICOS (Coordenação de Classificação Indicativa do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação): não ocorrido

Plano Interno (PI) - 175 CE – CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES (Coordenação de Entidades Sociais do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação): não ocorrido

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Plano Interno 175 CP – Classificação De Diversões E Espetáculos Públicos (Coordenação De Classificação Indicativa Do Departamento De Justiça, Classificação, Títulos E Qualificação)

Plano Interno 175 CE – Cadastro Nacional De Entidades (Coordenação De Entidades Sociais Do Departamento De Justiça, Classificação, Títulos E Qualificação)

I. Dados Gerais das Ações

Ação 8204 – Apoio aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Programa 1413)

Tipo da Ação	Finalística
Finalidade	Apoio à instalação e ao desenvolvimento de Núcleos de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos Estados.
Descrição	Firmar convênios, acordos, ajustes, projetos de cooperação ou outros instrumentos com demais entes federativos, entidades da sociedade civil, organismos internacionais e outros parceiros, com a finalidade de apoiar a estruturação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Ricardo Rodrigues Lins
Unidades executoras	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Secretaria Nacional de Justiça

Ação 8857 – Desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Programa 1453)

Tipo da Ação	Finalística
Finalidade	Efetivar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
Descrição	Priorizar ações e diretrizes estratégicas no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Ricardo Rodrigues Lins

3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Da Ação 8204

Nesta ação em parceria com a Ação 41 do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) foram criados 06 Núcleos de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, sendo: 1) Estado de Goiás, inaugurado em fevereiro de 2009; 2) Estado do Pará, inaugurado em fevereiro de 2009; 3) Estado de São Paulo, inaugurado em março de 2009; 4) Estado do Acre, inaugurado em novembro de 2009. Em dezembro de 2008, já haviam sido inaugurados outros 02 Núcleos, nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2009, foram firmados 05 convênios dentro desta ação, com recursos da ordem de R\$ 1.305.825,52 (um milhão, trezentos e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Esse recurso foi assim distribuído: 1) Convênio com o Município de Guarulhos/SP, no valor de R\$353.662,40 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos); 2) Convênio com o Município do Rio de Janeiro/RJ, no valor de R\$125.986,74 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos); 3) Convênio com o Estado da Bahia, no valor de R\$299.820,00 (duzentos e noventa e nove mil e oitocentos e vinte reais); 4) Convênio com o Estado do Ceará, no valor de R\$238.807,00 (duzentos e trinta e oito mil e oitocentos e sete reais); 5) Convênio com o Estado do Pará, no valor de R\$287.549,38 (Duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Foi firmado um total de 04 Acordos de Cooperação Técnica, sendo: 01 em outubro de 2008, entre a Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria de Direito Econômico, Departamento de Polícia Federal, Ministério do Turismo, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e Conselho Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; 01 em outubro de 2009, entre a Secretaria Nacional de Justiça e o International Centre for Migration Policy Development – ICMPPD; 01 em novembro 2009 entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Defensoria Pública da União; 01 em dezembro de 2009 entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

Em setembro de 2009, foi celebrado um Protocolo de Intenções entre a Secretaria Nacional de Justiça e o International Institute for Agricultural Development – WINROCK.

Da Ação 8857

Esta Ação é executada com o apoio do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes – UNODC, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional – BRA/05/S25.

Foi realizado um total de 20 eventos, dentre Seminários, Cursos, Oficinas e Palestras, além de 04 Campanhas para a divulgação da temática do Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

Está em fase de produção o Sistema Integrado de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo objetivo é possibilitar o compartilhamento de dados entre órgãos governamentais e não-governamentais que atuam no enfrentamento a esse crime organizado. A criação de um banco de dados nacional está prevista no item 8.A.3 do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Em janeiro de 2008, teve início a execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o qual teve vigência até janeiro de 2010. A avaliação e monitoramento do PNETP ficou a cargo de seu Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação, constituído por representantes da Administração Pública e da sociedade civil. Está em fase de conclusão o Relatório Final do PNETP, que será apresentado à Presidência da República, aos Organismos Internacionais e a toda sociedade brasileira.

b) Principais Problemas:

Como principal problema na execução das ações no exercício de 2009, elencamos o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, pois as dificuldades práticas de lidar com o sistema e a escassez de pessoal qualificado para prestar suporte acarretaram atrasos em alguns convênios.

c) Contratações e Parcerias:

Em setembro de 2009, foi celebrado um Protocolo de Intenções entre a Secretaria Nacional de Justiça e o International Institute for Agricultural Development – WINROCK.

Foram firmados 04 Acordos de Cooperação Técnica, sendo: 01 em outubro de 2008, entre a Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria de Direito Econômico, Departamento de Polícia Federal, Ministério do Turismo, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e Conselho Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; 01 em outubro de 2009, entre a Secretaria Nacional de Justiça e o International Centre for Migration Policy Development – ICMPPD; 01 em novembro 2009 entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Defensoria Pública da União; 01 em dezembro de 2009 entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

d) Transferências:

Foi efetuada uma transferência no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para o Projeto BRA/05/S25, visando ao desenvolvimento de ações pertinentes à Política e ao Plano Nacionais.

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Ação 8204

A meta financeira foi de R\$ 245.000,00(duzentos e quarenta e cinco mil reais), conforme previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA 2009, e a meta física foi de 06 Núcleos apoiados.

A meta financeira não foi contemplada em sua totalidade, visto ter ocorrido a transferência da ação 8204 – Apoio aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, na ação de número 41. Assim, os recursos referentes à ação 8204 são atualmente coordenados pelo gestor do Pronasci.

A meta física, por sua vez, foi atingida em sua totalidade, com a implementação de 06 Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

e) Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria Nacional de Justiça	30101	30101

I. Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	5.000.000,00	5.000.000,00
	PLOA	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	5.000.000,00	5.000.000,00

	LOA	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	4.590.245	3.544.937,00
CRÉDITOS	Suplementares	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	788.500,00	218.435,00
	Especiais	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-
		<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-
	Extraordinários	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-
		<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-
	Créditos Cancelados	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-
Outras Operações	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>		-	
Total	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	4.590.245,00	3.544.937,00	

II. Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	765.000,00	872.500,00	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-	
	PLOA	765.000,00	872.500,00	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-	
	LOA	-	-	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-		-	-	-		

<i>Outras Operações</i>	-	-	-	-	-	-
Total	765.000,00	872.500,00	-	-	-	-

III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	<i>Dotação proposta pela UO</i>	<i>Não ocorreu no período</i>	<i>Não ocorreu no período</i>	<i>Não ocorreu no período</i>	<i>Não ocorreu no período</i>	<i>Não ocorreu no período</i>	<i>Não ocorreu no período</i>	
	<i>PLOA</i>	-	-	-	-	-	-	
	<i>LOA</i>	-	-	-	-	-	-	
CRÉDITOS	<i>Suplementares</i>	-	-	-	-	-	-	
	<i>Especiais</i>	<i>Abertos</i>	-	-	-	-	-	-
		<i>Reabertos</i>	-	-	-	-	-	-
	<i>Extraordinários</i>	<i>Abertos</i>	-	-	-	-	-	-
		<i>Reabertos</i>	-	-	-	-	-	-
	<i>Créditos Cancelados</i>	-	-	-	-	-	-	
<i>Outras Operações</i>		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional :

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

Considerando as dotações propostas pela SNJ, e apresentadas no PLOA e aprovadas na LOA esta Secretaria apresenta as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas.

Considera ainda, o grau de eficácia e efetividade almejado pela Secretaria Nacional de Justiça, considerando a sua estrutura atual, os recursos disponibilizados e aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

Não ocorreu no período em análise.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
	Recebidos					2.700.606,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
	Recebidos					497.588,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:

- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

Os recursos concedidos e recebidos foram de acordo com o que havia sido previsto para o exercício em questão. Entretanto no decorrer do exercício houve a necessidade de ajustar os recursos recebidos com vistas a atender as demandas do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, que ocorrerá no período de 12 a 19 de abril próximo.

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

Nesse item vale ressaltar que as demandas que surgiram em decorrência do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal impactaram no orçamento disponibilizado para esta UO, uma vez que tivemos que contar com recursos outras UO's para cobrir despesas com o congresso em questão.

f) Execução Orçamentária

I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1. Despesas por Modalidade de Contratação

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				

	3.544.449,14	30.241.440,35	3.197.625,73	29.991.556,03
Convite				
Tomada de Preços		-	-	-
Concorrência				-
Pregão	3.544.449,14	30.241.440,35	3.197.625,73	29.991.556,03
Concurso				
Contratações Diretas	5.760.508,52	553.314,00	5.760.508,52	544.341,00
Dispensa	44.173,52	29.684,00	44.173,52	20.711,00
Inexigibilidade	5.716.335,00	523.630,00	5.716.335,00	523.630,00
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos		-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento de Folha (*)	Despesa de pessoal não é empenhada	Despesa de pessoal não é empenhada	3.727.430,08	3.864.221,81
Não Aplicável	9.176.055,30	1.319.823,47	1.542.791,72	1.158.152,40
Diárias	390.171,94	1.082.687,58	314.754,46	769.582,93
Outros	8.785.883,36	237.135,89	1.228.037,26	388.569,47

(*) Valor pago referente à força de trabalho alocada na Secretaria Nacional de Justiça. Entretanto, a despesas é executada pela Secretaria Executiva com os recursos orçamentários daquela Secretaria para o custeio de toda folha de pessoal do MJ, inclusive do pessoal da SNJ.

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
2º elemento de despesa								

<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								

3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	103.996,25	374.500,53	R\$ 670.035,75
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	206.115,36	84.474,13	R\$ 521.985,73
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade			
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	<i>Não se aplica a UJ</i>	<i>Não se aplica a UJ</i>	<i>Não se aplica a UJ</i>
3.3. Tecnologia da informação	R\$ 3.387.363,50	R\$ 4.322.127,41	R\$ 4.329.232,86
3.4. Outras Terceirizações	R\$ 3.387.363,50	R\$ 4.322.127,41	R\$ 4.329.232,86
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL			
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS			
TOTAIS			

4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009

4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>		497.588,00		497.588,00				497.588,00
<i>2º elemento de despesa</i>	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período	Não Ocorreu no Período
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								

5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ :

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

- Contingenciamento no exercício:

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

- Outras questões relevantes :

II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	Despesa pessoal não é empenhada	Despesa de pessoal não é empenhada	3.727.430,08	3.864.221,81
Diárias				
Outros				

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período

<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
2 - Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>		2.700.606,00		2.700.606,00				2.700.606,00
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								

3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa		497.588,00		497.588,00				497.588,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período	Não Ocorreu no período
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

- Contingenciamento no exercício:

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

- Outras questões relevantes:

III. Execução Orçamentária por Programa de Governo

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1164		Denominação: Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 902.000,00	R\$ 902.000,00	R\$ 748.792,00	R\$ 748.423,00		R\$ 748.705,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%		43,00	50,00	7.500,00	24,93
Fórmula de Cálculo do Índice:						
$\% \text{ de execução física} = \text{qtde de localizadores com registro de execução física} / \text{qtde de localizadores com registro de execução financeira.}$						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>O Programa 1164, desde a sua criação, tem proporcionado por meio da articulação, planejamento, monitoramento, capacitação e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, tem produzido resultados altamente positivos para o Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, considerando que a quantidade de ativos bloqueados registrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), administrado pelo Conselho Nacional de Justiça, tem aumentado ano a ano e, em dezembro de 2009, contabilizou cerca de R\$ 1 bilhão de reais, bem como tem aumentado ano a ano a quantidade de ativos bloqueados no exterior, cuja estimativa atual é de cerca de US\$ 3 bilhões de dólares.</p> <p>Suas ações têm servido de instrumento para divulgação da necessidade de adoção de medidas preventivas contra a lavagem de dinheiro, bem como de padrões e melhores práticas internacionais sobre o tema.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						

<i>Análise do Resultado Alcançado:</i>

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 1413	Denominação: Promoção da Justiça e da Cidadania
----------------------------	--

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 3.248.395,00	R\$ 3.248.395,00	R\$ 2.563.619,00	R\$ 2.563.619,00		R\$ 2.563.619,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não existem indicadores para o Programa 1413, mas somente em cada ação.	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice:

--

Análise do Resultado Alcançado:

O desempenho do Programa 1413, pode ser avaliado como muito bom, mesmo sem indicadores para sua mensuração, à medida em que a missão institucional e os objetivos da Unidade vinculada foram atingidos.

Em novembro de 2009, houve a realização do **I Seminário Internacional da Classificação Indicativa**. Com uma programação atrativa e convidados de renome nacional e internacional, o evento fomentou o debate sobre a mídia e o desenvolvimento infanto-juvenil; favoreceu a troca de experiências internacionais bem sucedidas sobre a regulação de conteúdo audiovisual e a implementação de políticas públicas exitosas realizadas em outros países, tal como educação para mídia; estimulou reflexões sobre a classificação indicativa e as novas mídias; e envolveu a comunidade acadêmica na geração de conhecimento sobre o tema.

Com base em **duas pesquisas inéditas**, realizadas em 2008, a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça foi capaz de avaliar a eficácia, eficiência e efetividade da política pública de Classificação Indicativa. Os estudos resultaram em duas publicações: a cartilha “**A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais**” e o livreto sobre a análise da pesquisa **Radiodifusão de Conteúdo Inadequado: a Classificação Indicativa e os Direitos Humanos**. Com os dados obtidos, verificou-se a necessidade das informações sobre a classificação indicativa serem ampliadas e dirigidas. Para tanto, foram produzidas e distribuídas em cinemas, videolocadoras e escolas, 530 mil exemplares da cartilha “**Classificação Indicativa – Informação e Liberdade de Escolha**”. Também foram produzidos e distribuídos **cartazes atrativos** com as recomendações da classificação indicativa, com o *slogan* “Não se engane. Tem coisas que seu filho não está preparado para assistir”.

O Brasil, por meio da SNJ/MJ foi incluído numa **pesquisa latino-americana** para avaliar o conteúdo de programas infantis

exibidos pela tevês abertas e à cabo. O estudo, encabeçado pelo Chile, está previsto para ser lançado em 2010. Em visita ao nosso País, os responsáveis chilenos pela pesquisa estiveram na SNJ para ministrar palestra sobre os métodos e a estrutura de classificação indicativa naquele País e capacitar a equipe da Secretaria para aplicação da pesquisa.

Por meio da Ação 2330 – Negociação de Acordos Internacionais, tem sido negociados mais e mais instrumentos e foi possível estabelecer mecanismos simplificadores, tornando cada vez mais ágeis as cooperações entre os países.

Também com a Ação 8204 – Apoio aos Núcleos em parceria com a Ação 41 do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) foram criados 06 Núcleos de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, sendo: 1) Estado de Goiás, inaugurado em fevereiro de 2009; 2) Estado do Pará, inaugurado em fevereiro de 2009; 3) Estado de São Paulo, inaugurado em março de 2009; 4) Estado do Acre, inaugurado em novembro de 2009. Em dezembro de 2008, já haviam sido inaugurados outros 02 Núcleos, nos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2009, foram firmados 05 convênios dentro desta ação, com recursos da ordem de R\$ 1.305.825,52 (um milhão, trezentos e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Esse recurso foi assim distribuído: 1) Convênio com o Município de Guarulhos/SP, no valor de R\$353.662,40 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos); 2) Convênio com o Município do Rio de Janeiro/RJ, no valor de R\$125.986,74 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos); 3) Convênio com o Estado da Bahia, no valor de R\$299.820,00 (duzentos e noventa e nove mil e oitocentos e vinte reais); 4) Convênio com o Estado do Ceará, no valor de R\$238.807,00 (duzentos e trinta e oito mil e oitocentos e sete reais); 5) Convênio com o Estado do Pará, no valor de R\$287.549,38 (Duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Foi firmado um total de 04 Acordos de Cooperação Técnica, sendo: 01 em outubro de 2008, entre a Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria de Direito Econômico, Departamento de Polícia Federal, Ministério do Turismo, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e Conselho Municipal de Direitos Humanos de São Paulo; 01 em outubro de 2009, entre a Secretaria Nacional de Justiça e o International Centre for Migration Policy Development – ICMPD; 01 em novembro 2009 entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Defensoria Pública da União; 01 em dezembro de 2009 entre a Secretaria Nacional de Justiça e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

Em setembro de 2009, foi celebrado um Protocolo de Intenções entre a Secretaria Nacional de Justiça e o International Institute for Agricultural Development – WINROCK.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:

- Contingenciamento no exercício:

Não ocorreu contingenciamento no período em análise

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Para o gerenciamento dos Programas 1164 e 1413, no exercício de 2009, o SNJ juntamente com a sua equipe técnica elaborou o Planejamento Estratégico da Secretaria para vinculação do Plano de Metas Anual (PMA), com a finalidade de identificar as metas quanti-qualitativas dos projetos e atividades a serem alcançados no exercício em questão, as demandas dos Departamentos, detalhamento dos recursos disponibilizados para o exercício. O Planejamento Estratégico facilitou na implementação e o monitoramento das metas previstas nos referidos programas.

- Outras questões relevantes:

A atuação da SNJ no combate ao crime organizado, em 2009, foi estruturada com base em ações incluídas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Assim, como forma de alavancar a repatriação de ativos, previu-se ação destinada ao corte do fluxo financeiro do crime organizado. Também foi delineado projeto de criação de um Fundo Nacional de Ativos Ilícitos Recuperados, que conta com estudo nacional para o levantamento de dados relativos a bens que foram objeto de medidas assecuratórias ou definitivamente perdidos em processos criminais, o que não existe hoje no país.

O modelo de trabalho bem-sucedido do LAB-LD foi replicado para as regiões priorizadas pelo PRONASCI, bem como para outros órgãos e esferas governamentais. Tendo em conta o acordo de cooperação técnica entre a SNJ e órgãos da administração pública federal / estadual que garante a aquisição de equipamentos, software e treinamento para promotores e outros agentes públicos no processo de produção de provas em crimes financeiro. Em 2009, iniciaram-se as operações do LAB-LD em conjunto com o Departamento de Polícia Federal. As ações do LAB-LD em 2009 envolverão: documentar todo o processo de produção de prova; capacitar o maior número de agentes em técnicas de investigação financeira e atuar como órgão gestor da futura rede de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro em âmbito nacional.

Foi publicado a 2ª edição dos Manuais de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos em matérias Penal e Civil, cuja divulgação teve ênfase nas regiões do PRONASCI. Com a disseminação das informações contidas no Manual, as autoridades brasileiras terão mais facilidade em elaborar pedidos de cooperação jurídica internacional encaminhados ao exterior, de modo a aumentar a probabilidade de sucesso no cumprimento das medidas solicitadas, como rastreamento e bloqueio de contas bancárias.

1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:

- Cumprimento das metas físicas:

Os objetivos e metas das ações coordenadas pela SNJ, foram plenamente alcançados e algumas até superadas.

- Ações que apresentaram problemas de execução:

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

2332 – Quebra de Sigilo Bancário

2390 – Capacitação Técnica de Agentes em Combate a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro

8217 – Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

2330 – Negociação de Acordo de Cooperação Internacional

2272 – Gestão e Administração do Programa

6430 – Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos

8198 – Produção e Disseminação de Informações, Estudos e Pesquisas

8204 – Apoio aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

8972 – Apoio a Albergues para Refugiados

- Ações Prioritárias na LDO:

- **Outras questões relevantes:**

g) **Indicadores Institucionais:**

- **Utilidade:**

Acordos negociados;
Ativos recuperados / R\$ mil;
Agentes públicos capacitados;
Investigação realizada;

- **Mensurabilidade:**

Os indicadores utilizados para o cumprimento das metas físicas / financeiras das ações pertencentes aos programas gerenciados pela SNJ têm o objetivo de permitir que os resultados alcançados sejam com base nos princípios da complexidade, auditabilidade e economicidade.

3. Recursos Humanos

a) **Composição do Quadro de Recursos Humanos**

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	49	49	Σ
<i>Próprios</i>	32	32	
<i>Requisitados*</i>	17	17	
Celetistas	18	18	
Cargos de livre provimento	31	31	
<i>Estatutários</i>	<i>Não se aplica a natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica a natureza jurídica da UJ</i>	
<i>Não Estatutários</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica a natureza jurídica da UJ</i>
Terceirizados	110	<i>Não se aplica a natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica a natureza jurídica da UJ</i>
Total	208	208	

* incluídos 03 servidores de carreira com exercício descentralizado na unidade.

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) **Lotação Efetiva:**

- a) **Estatutários:** nos campos “próprios” e “requisitados”, foram considerados, respectivamente, os titulares ocupantes de cargo efetivo do Quadro do MJ lotados na SNJ e os servidores requisitados de outros órgãos em exercício nessa Secretaria, ainda que exerçam ou não cargo de livre provimento;
- b) **Celetistas:** foram considerados os empregados anistiados, pela Lei nº 8.874/94, regulamentada pelo Decreto nº 6.077/2007, em exercício na SNJ;

- c) Cargos de livre provimento: foram considerados somente os servidores sem vínculo com o Serviço Público, em exercício nessa Secretaria.

2) Lotação Autorizada:

- a) Estatutários – Próprios: embora o MJ esteja com o concurso público em andamento para provimento de 450 cargos efetivos em substituição a 500 trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, não foram alocadas, ainda, as vagas para cada Secretaria. A nomeação dos candidatos está prevista para ocorrer somente no exercício de 2010.
- b) Demais situações – requisição de servidores e nomeação de servidores sem vínculo com o Serviço Público, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, observando o número de cargos em comissão definidos, por meio de Decreto de Estrutura Regimental, para a Unidade.

I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	21	374.947,95	464.567,97	1.082.344,83	116.814,47	6.508,62		
2008	18	450.634,09	574.216,11	1.010.669,55	28.682,75	90.698,58		
2009	32	903.069,15	482.200,06	661.456,67	154.649,97	17.222,15		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	00	0	0	0	0	0		
2008	00	0	0	0	0	0		
2009	18	0	323,36*	0	0	0		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	35	0	865.245,39	123.999,88	31.170,14	61.430,63		
2008	38	0	988.846,86	89.336,10	29.705,20	24.864,58		
2009	31	0	1.045.686,73	67.138,22	34.143,39	31.413,39		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	01	0	40.077,41	3.150,96	1.061,34	11.509,36		
2008	02	0	124.023,03	10.813,86	0	6.396,04		
2009	02	0	129.766,32	10.813,86	4.973,37	0		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	09	0	237.613,97	42.331,11	7.313,74	14.672,34		
2008	09	0	240.438,25	22.337,41	7.182,24	34.981,47		
2009	15	0	267.078,01	33.718,54	16.960,67	3.607,95		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007			105	3.387.363,50			38	212.280,00
2008			116	4.322.127,41			37	208.800,00
2009			110	4.329.232,86			40	216.480,00

* O valor refere-se ao pagamento de substituição a 01 empregado anistiado. As demais parcelas referentes às 18 pessoas são pagas pelo órgão de origem.

A respeito do quadro acima, ressalte-se que as alterações consideráveis das parcelas “vencimento e vantagens fixas” e “gratificações”, no ano de 2009 em relação aos anos anteriores, deve-se ao fato da reestruturação da composição remuneratória dos cargos efetivos do Plano Geral de Poder Executivo – PGPE, pela Medida Provisória nº 431/2008, convertida na Lei nº 11.784/2008, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009.

Cabe esclarecer, ainda, que referente à tipologia “requisitados com ônus” foi somente considerado na coluna “retribuições” os valores pagos a título de função, observando a opção de remuneração de cada servidor, uma vez que os valores de reembolso foram pagos na modalidade de ressarcimento de pessoal.

b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
0	115/2006	FORTESUL – Serviços, Contratações e Saneamento Ltda. – 03.059.584/0001-69	23/08/2006	23/08/2010	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	A
Observação: No Contrato não há definição do nível de escolaridade exigido para as atividades terceirizadas.									

c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Utilizando a fórmula: $\frac{\text{Nº de homens/dias perdidos por ausência ao trabalho} \times 100}{\text{Efetivo médio} \times \text{nº de dias de trabalho}}$

temos o seguinte índice de absenteísmo na SNJ: $[(22/573) \times 100] / 98 \times 365 = 0,0001\%$, sendo que todas as ausências são provenientes de licença para tratamento da própria saúde.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No ano de 2009, não houve ocorrência de acidente de trabalho;

Já, no caso de doenças ocupacionais, utilizando a fórmula:

$\frac{\text{Nº de casos de doenças ocupacionais} \times 100}{\text{Nº de servidores}}$, temos o seguinte índice: $(22 \times 100) / 98 = 22,45\%$

- Perfil Etário

O perfil etário da SNJ é o seguinte:

Situação Funcional	Faixa Etária (anos)					Total
	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	>60	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	01	11	16	04	32

Requisitado	01	03	06	04	00	14
Sem vínculo	14	13	02	01	01	31
Exercício Descentralizado	00	03	00	00	00	03
Anistiado	00	00	09	07	02	18
<i>Total</i>	<i>15</i>	<i>20</i>	<i>28</i>	<i>28</i>	<i>07</i>	<i>98</i>

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício na Secretaria, observa-se que 62,5% do Quadro Efetivo da SNJ encontra-se com idade igual ou superior a 51 anos. Se por um lado, isto representa um fato positivo, no que diz respeito à maturidade e experiência da equipe, por outro, constitui um sinalizador da necessidade de se buscar a recomposição do quadro efetivo com novos servidores para viabilizar a transferência de conhecimentos e rotinas, de forma a garantir a manutenção das habilidades acumuladas pelo quadro atual de pessoal.

- Rotatividade (turnover)

No exercício de 2009, não foi mensurada a rotatividade de pessoal.

- Formação Acadêmica

A formação acadêmica dos servidores em exercício na SNJ é a seguinte:

<i>Situação</i>	<i>Escolaridade</i>					<i>Total</i>
	<i>Alfabetização</i>	<i>Ensino Fundamental incompleto</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Ensino Superior</i>	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	00	01	23	08	32
Requisitado	00	00	00	01	13	14
Sem vínculo	00	00	00	05	26	31
Exercício Descentralizado	00	00	00	00	03	03
Anistiado	00	00	00	13	05	18
<i>Total</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>42</i>	<i>55</i>	<i>98</i>

De acordo com o quadro acima, 42,8% e 56,1% dos servidores em exercício nessa Secretaria, possui, respectivamente, ensino médio e superior.

- Educação Continuada

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada:

a) *Bolsa Universitária*: no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério.

b) *Pós-Graduação*: no qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

No exercício de 2009, 01 servidor dessa Secretaria foi beneficiado pelo programa “Bolsa Universitária”.

- Satisfação e Motivação

Não há, no momento, instrumento de mensuração do nível de satisfação e motivação dos servidores do MJ. Entretanto, está sendo estudada a possibilidade de realização de pesquisa de clima organizacional no âmbito da Pasta.

- Disciplina

No ano de 2009, nenhum servidor lotado na SNJ sofreu penalidade disciplinar.

- Desempenho funcional

No ano de 2009, foram implementados 02 instrumentos de avaliação do desempenho funcional:

a) Avaliação para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo Federal - GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.784/2008, regulamentada pela Portaria nº 3.979/2009/MJ.

Para esse procedimento, foram aplicadas a auto-avaliação pelo servidor e a avaliação da chefia superior, com a pontuação variando de 0 a 100 pontos, para 07 fatores determinantes (conhecimento e autodesenvolvimento; produtividade; autodesenvolvimento; relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; iniciativa; comprometimento com o trabalho; disciplina e cumprimento das normas de procedimentos e de condutas no desempenho das atribuições), com pesos diferentes, sendo que a nota final da avaliação foi a média aritmética dessas duas avaliações.

No caso dessa Secretaria, o desempenho aferido foi o seguinte:

<i>Níveis de Pontuação</i>				<i>Total</i>
<i>Nota inferior a 70,00 pontos</i>	<i>Nota de 70,01 a 80,00 pontos</i>	<i>Nota de 80,01 a 90,00 pontos</i>	<i>Nota de 90,01 e 100 pontos</i>	
00	00	00	32	32

b) Avaliação e Certificação dos ocupantes de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, instituída pelo artigo 9º do Decreto nº 4.941/2003, regulamentada pela Portaria nº 3.988/2009/MJ.

O procedimento foi dividido em duas etapas:

1ª Etapa: Avaliação, formada pela auto-avaliação do servidor (peso 1) e avaliação de sua chefia imediata (peso 3), sendo que a nota final da avaliação foi a média ponderada dessas duas avaliações.

Alcançando a nota mínima de 75 pontos na primeira etapa, o servidor participou da 2ª etapa – certificação.

2ª Etapa: Certificação, cuja pontuação é baseada em critérios (principais entregas; participação em processos de qualificação e requalificação; grau de escolaridade; participação em grupos de trabalhos, comissões e sindicâncias; publicações; e experiência profissional) com pesos diferentes. Para receber referida certificação, com validade por 01 ano, o servidor deveria alcançar a nota mínima de 45 pontos. Ressalte-se ainda, que se o servidor não atingir a pontuação mínima para certificação, por 02 anos consecutivos, será exonerado da função.

O resultado dessa metodologia de avaliação e certificação, com relação aos servidores ocupantes de Função Comissionada Técnica em exercício na SNJ, foi o seguinte:

<i>Total de Servidores que ocupam FCT</i>	<i>Avaliação</i>		<i>Certificação</i>	
	<i>Nota inferior a 75 pontos</i>	<i>Nota igual ou superior a 75 pontos</i>	<i>Nota inferior a 45 pontos</i>	<i>Nota igual ou superior a 45 pontos</i>
26	01	25	26	00

- Níveis Salariais

Os níveis salariais da força de trabalho da SNJ é a seguinte:

<i>Situação</i>	<i>Faixas de Remuneração (R\$) – Paga pelo MJ</i>							<i>Total</i>
	<i>Não se aplica (*)</i>	<i>Até 2.000,00</i>	<i>2.000,01 a 4.000,00</i>	<i>4.000,01 a 6.000,00</i>	<i>6.000,01 a 8.000,00</i>	<i>8.000,01 a 10.000,00</i>	<i>Acima de 10.000,00</i>	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	00	20	10	02	00	00	32
Requisitado	04	02	00	07	01	00	00	14
Sem vínculo	00	00	13	12	05	01	00	31
Exercício Descentralizado	01	01	01	00	00	00	00	03
Anistiado	18	00	00	00	00	00	00	18
Total	23	03	34	29	08	01	00	98

(*) O servidor ou empregado não recebe nenhuma parcela remuneratória pelo MJ, apenas por força de legislação específica tem exercício fixado no âmbito da Pasta.

- Demandas Trabalhistas

No ano de 2009, não houve demanda trabalhista interposta por servidores lotados na SNJ.

- Outros

Não há.

d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:

- Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:

- Desempenho funcional dos servidores e funcionários:

- Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:

- Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:

- Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos:

- Efeitos dos Planos demissionais:

Não há.

- Impactos da terceirização na produtividade da UJ:

- Política remuneratória da UJ:

- Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ:

Não há.

- Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública:

A Secretaria Executiva estabeleceu que até a data de 31/07/2010, o Ministério da Justiça terá efetuado todas as substituições de terceirizados considerados impróprios por servidores públicos concursados. Entendendo-se como terceirizados impróprios todos aqueles que desempenhem atividades em desacordo com as descritas como terceirizáveis pelo Decreto 2.271, de 07/07/1997, ou que desempenhem atividades pertinentes às atribuições de servidores públicos.

Assim sendo, até 31/07/2010, todos os prestadores de serviço em atividade no Ministério que estejam no desempenho de atividades não autorizadas serão desligados do serviço público. Em seu lugar serão lotados servidores aprovados em certames públicos de provas e títulos previamente autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerada a necessidade de composição de quadro de pessoal suficiente para atendimento de todas as unidades que compõem o Ministério da Justiça.

As medidas já adotadas visando dar cumprimento ao Acórdão 1520/2006 – Plenário - do Tribunal de Contas da União (TCU) foram: (i) informação às unidades do Ministério atendidas pelo atual contrato de recepção e apoio administrativo das exigências do TCU, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à necessidade de substituir terceirizados impróprios por servidores públicos concursados; (ii) identificação dos prestadores de serviços que desempenhavam atividades não autorizadas, ou típicas de servidores públicos; (iii) contabilização de todos estes prestadores em cada unidade do Ministério da Justiça atendida pelo atual contrato; (iv) elaboração de cronograma interno para desligamento dos prestadores considerados impróprios; (v) criação neste exercício de 2010 de uma comissão de servidores responsáveis pela elaboração de Edital, Termo de Referência e minuta de Contrato adequado às regras legais para abertura de novo certame licitatório com vistas à contratação de serviços terceirizáveis junto ao Ministério, em substituição ao já inadequado contrato de recepção e apoio administrativo utilizado atualmente.

5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	Não ocorreu	Não ocorreu	Não ocorreu	Não ocorreu
2007				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	Não ocorreu	Não ocorreu	Não ocorreu	Não ocorreu
2007				
...				
Observações:				

I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício: Não ocorreu no período.
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro:
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto:
- Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP:
- Outras questões relevantes:

6. Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça									
UG / CNPJ		Texto							
200005		Transferência de Recurso para Escritório das Nações Unidas contra Droga e Crime (UNODC) – Projeto BRA / 05 / S25 – Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.e ao Contrabando de Migrantes no Brasil.							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Ordinário	1	UNODC	1.210.000,00	83,211	1.048.970,00	50.000,00	2006	2011	Em andamento

I. Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo:

- Medidas adotadas para sanear as transferências em situação de tipo 2 – inadimplentes:
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere:
- Outras questões relevantes:

11. Deliberações dos Órgãos de Controle

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

1. Número de relatório

2. Descrição da Recomendação

3. Setor responsável pela implementação

Não se aplica a UJ

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
<i>Admissão</i>	00	00
<i>Desligamento</i>	01	01
<i>Aposentadoria</i>	01	01
<i>Pensão</i>	01	01

No exercício de 2009, em vista do falecimento de servidor em atividade lotado na SNJ, foram gerados dois atos, sendo um de desligamento (vacância) e outro de pensão (concessão de benefício à família do “de cujus”). Além disso, houve uma aposentadoria.

Entretanto, todos esses atos bem como os respectivos registros no Sistema de Avaliação de Atos e Concessões – SISAC foram efetuados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

1. Declaração do contador responsável



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA - SNJ		200143	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7


 José Carlos Gomes
 CCONT/PROG/SEM
 Coordenador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
 Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316

5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não ocorreu no período